



CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS

*Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016
ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL*

Lilian Julian da Silva Guimarães

**IMPACTOS POLÍTICOS E PSICOLÓGICOS DO DISCURSO FEMINISTA NA
FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER A PARTIR DOS TEXTOS DE MÁRCIA
TIBURI**

Palmas – TO

2017

Lilian Julian da Silva Guimarães

**IMPACTOS POLÍTICOS E PSICOLÓGICOS DO DISCURSO FEMINISTA NA
FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER A PARTIR DOS TEXTOS DE MÁRCIA
TIBURI**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II elaborado e apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Prof^o Esp. Sonielson Luciano de Sousa

Palmas – TO

2017

Dados internacionais da catalogação na publicação

Guimarães, Lilian Julian da Silva

G983i Impactos políticos e psicológicos do discurso feminista na formação
identitária da mulher a partir dos textos de Márcia Tiburi / Lilian Julian
da Silva Guimarães – Palmas, 2017

71 fls, il.29 cm.

Orientação: Prof^o. Esp. Sonielson Luciano de Souza

TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Psicologia - Centro
Universitário Luterano de Palmas. 2017

1. Feminismo. 2. Identidade. 3. Márcia tiburil. I. Souza, Sonielson
Luciano de. II. Título III. Psicologia.

CDU: 159.9

Lilian Julian da Silva Guimarães

**IMPACTOS POLÍTICOS E PSICOLÓGICOS DO DISCURSO FEMINISTA NA
FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DA MULHER A PARTIR DOS TEXTOS DE MÁRCIA
TIBURI**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II elaborado e apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientador: Prof^o Esp. Sonielson Luciano de Sousa

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Sonielson Luciano de Sousa

Orientador

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Me. Lauriane dos Santos Moreira

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Prof. Dr^a. Irenides Teixeira

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

À minha querida mãe, a mulher mais incrível que já tive oportunidade de conhecer e ter como mãe, que doou todo seu amor e afeto na construção desse ser humano que hoje sou.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, que considero mestre por excelência, por ter doado tempo, conhecimento e extrema paciência para comigo na produção desse trabalho. Desde já peço desculpas por não ter sido uma orientanda exemplar e pela cumplicidade em mostrar-se totalmente aberto às sugestões de uma mera acadêmica.

Aos meus amigos, que doaram amor para comigo em tempos de final de faculdade. Aos que já trilharam esse caminho, sabem que surtos de ansiedade e desespero são frequentes. Em especial, destacarei alguns nomes: Nicole, Lídia, Douglas, Stefanny e família, Aristides (que mesmo de longe me apoiou e ouviu meus lamentos via whatsapp), Dablene Cristina (por compartilhar os momentos de desespero nessa jornada), Rafael e Pedro (por me proporcionarem momentos de relaxamento e distração, bem como apoio emocional), Jessé (pelo apoio mesmo via skype, do outro lado do Brasil), à Rute (minha primeira supervisora de estágio, na qual, de forma exemplar, me acolheu e me guiou).

Agradecimento especial às minhas ex-colegas de trabalho: Rafaela, Jaciane, Renata, Laís (chefinha), Izabella e Hérika. Vocês me proporcionaram o melhor ambiente de trabalho, que me fez criar paixão pelo sistema conselhos. Ao Tássio, pela oportunidade única de ter me escolhido como primeira estagiária do CRP-23. Jamais serei grata o suficiente por essa oportunidade, pois me fez crescer como pessoa e profissional. Agradeço também de forma geral a todo o plenário do CRP-23 que contribuiu de forma direta e indireta da minha jornada como estagiária. Foram dois anos maravilhosos!

Ao corpo discente do CEULP/ULBRA, por me proporcionarem construção de saber, liberdade para elucidar dúvidas e espaço para expressar e formar senso crítico. Às pessoas que não citei, peço desculpas pela memória falha. No entanto, a quem esteve comigo nessa caminhada, sinta-se abraçado e beijado, deixando aqui o meu MUITO OBRIGADA por fazer parte da minha vida.

*Nós ensinamos as meninas a se retraírem
Para diminuí-las
Nós dizemos para as garotas, você pode ter ambição
Mas não muita
Você deve ser bem-sucedida, mas não muito.
Caso contrário, ameaçará o homem
Porque eu sou uma fêmea
Esperam que eu deseje me casar
Esperam que eu faça as minhas próprias escolhas na vida
Sempre tendo em mente que
O casamento é o mais importante
O casamento pode ser uma fonte de alegria e amor e apoio mútuo
Mas por que ensinamos às garotas a aspirar ao casamento
E não ensinamos a mesma coisa aos meninos?
Educamos as garotas a se verem como concorrentes,
Não por emprego ou por realizações,
O que eu penso que pode ser uma coisa boa,
Mas sim pela atenção dos homens.
Nós ensinamos as garotas que não podem ser seres sexuais,
Da mesma forma que os garotos são.
Feminista: a pessoa que acredita na igualdade social,
Política e econômica entre os sexos*

Trechos do Discurso de Chimamanda Ngozi Adichie realizada em dezembro de 2012 no TEDxEuston, conferência anual com foco na África. Em 2013, esse trecho foi incorporado à música “*Flawless*” da cantora Beyoncé Knowles.

RESUMO

GUIMARAES, Lilian Julian da Silva. Impactos políticos e psicológicos do discurso feminista na formação identitária da mulher a partir dos textos de Márcia Tiburi. 2017. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Psicologia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas/TO, 2017.

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e aborda a perspectiva do movimento feminista atual, visando o processo sociopolítico pelo qual passou no último século, e o impacto que tal demanda provocou na dimensão psicológica e identitária da mulher. Essa temática irá abarcar escritores de renome nacional e internacional, dando ênfase à filósofa feminista brasileira Márcia Tiburi, a qual manifesta ideais feministas em suas publicações. Para tanto, é importante observar os aspectos do discurso que norteiam o movimento atual, bem como as premissas que colaboram ou enfraquecem o machismo na contemporaneidade, levando-se em consideração a pluralidade dos discursos e as conquistas políticas de emancipação da mulher, como gênero e criação identitária. Por último, a análise do discurso irá denotar aspectos contribuintes à formação subjetiva da identidade feminina, sob uma óptica psicologizante, na qual o discurso apropriado de forma ritualística/cultural molda o indivíduo à medida que este passa a reproduzi-lo junto a outros indivíduos que compartilham do mesmo ideal. No campo da Psicologia Social, as militâncias são amplamente estudadas de forma a contribuir no processo de aprendizagem e entendimento da cultura e de como o sujeito se posiciona frente às necessidades em comum. O discurso feminista de Márcia Tiburi no atual cenário político brasileiro causa desconforto por abalar estruturas patriarcais ainda vigentes no meio social e individual, pois perante o momento de constantes mudanças sociopolíticas, as identidades de gênero, antes fixas, encontram-se descentralizadas e em busca de autoconsciência de desconstrução das dicotomias: sexo e gênero.

Palavras-chaves: Feminismo, Identidade, Psicologia, Márcia Tiburi.

ABSTRACT

The present paper approaches the perspective of the current feminist movement, addressing the sociopolitical process it has gone through in the last century, and the impact that this demand has on the psychological and identity dimension of women. This theme will encompass writers of national and international renown, emphasizing Brazilian feminist philosopher Márcia Tiburi, who expresses feminist ideals in her publications. Therefore, it is important to observe the aspects of discourse that guide the current movement, as well as the premises that collaborate or weaken chauvinism in contemporary times, taking into account the plurality of discourses and the political achievements of women's emancipation, such as gender and Identity creation. Finally, the discourse analysis will denote contributory aspects to the subjective formation of the feminine identity, under a psychologizing perspective, in which the appropriate discourse of ritualistic / cultural form shapes the individual as it begins to reproduce it with other individuals who They share the same ideal. In the field of Social Psychology, militants are widely studied to contribute to the process of learning and understanding of culture and how the subject stands in the face of common needs. The feminist discourse of Márcia Tiburi in the current Brazilian political scene causes discomfort to shake patriarchal structures still existing in the social and individual environment, because before the moment of constant sociopolitical changes, the previously fixed gender identities are decentralized and in search of Self-consciousness of the deconstruction of dichotomies: sex and gender.

Keywords: Feminism, Identity, Psychology, Márcia Tiburi.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEULP/ULBRA Centro Universitário Luterano de Palmas

SCIELO Scientific Electronic Library Online

ONU Organização das Nações Unidas

CPB Código Penal Brasileiro

CFP Conselho Federal de Psicologia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PSICOLOGIA SOCIAL - COMUNITÁRIA E O MOVIMENTO FEMINISTA.....	14
2.1 Condições para o Surgimento do Feminismo	17
2.2 Percurso Histórico do Movimento Feminista: As Ondas	20
2.3 O Feminismo Pós-Modernista.....	24
3 - METODOLOGIA DE PESQUISA	31
4 - ANÁLISE DE DADOS	33
4.1 – Márcia Tiburi: Trabalhos	33
4.1.1 Resumo das Obras.....	34
4.2 - Um espelho para o novo sexo frágil – sobre as vantagens do feminismo na vida dos homens (Ver anexo A).....	35
4.3 Aborto, soberania e mudez das mulheres (Ver anexo B).....	39
4.4 Quem tem medo de Simone de Beauvoir? (Ver anexo C).....	43
4.5 O movimento feminista no atual cenário político brasileiro.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
APÊNDICES	62
ANEXO A	64
ANEXO B	67
ANEXO C	69

1 INTRODUÇÃO

O feminismo é um movimento social, político e filosófico que busca romper com a tradição patriarcal – cujos valores centrais estão ligados à dinâmica masculina –, de modo que haja igualdade e acesso aos direitos para ambos os sexos. Este movimento se dá através de manifestações públicas ou individuais que rompem com as tradições sociais de opressão contra o gênero feminino e normas de gênero. O tema, portanto, é de especial importância para os profissionais de Psicologia, que devem estar municiados de informações detalhadas para poder, com propriedade, manejar situações em que a questão de gênero esteja envolvida.

Para Costa e Sardenberg (2008), o feminismo como doutrina preconiza a luta por igualdade dos sexos e discute a mudança do papel feminino na sociedade, institui uma consciência coletiva de expressão crítica, levando à autoconsciência e rebeldia iniciadas primordialmente nos espaços domésticos.

Atualmente, estudiosos como Humm (1990) dividem a história deste movimento em três ondas. A primeira onda começou por volta do século XIX e início do século XX, a segunda nas décadas de 1960 e 1970 e a terceira na década de 1990 até os dias atuais. Fortemente influenciada pela ideologia socialista, a luta é de caráter revolucionário, na qual, através do movimento sufragista, buscou o direito ao voto pelas mulheres, e obteve a caracterização de luta de classes.

O rompimento da obrigação da mulher ao papel exclusivamente doméstico permitiu-lhes emancipação pessoal, social e política de modo que passaram a dar-se conta das situações de exploração, opressão e posição de inferioridade as quais estavam submetidas, passando a surgir a consciência coletiva de subjetividade, desta vez pela tomada de consciência da própria mulher moderna (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Com a crescente luta pelos direitos civis, o movimento feminista passou a ter uma visão mais pluralista, abrangendo “minorias” que não eram contempladas às demandas do movimento feminista. Sendo assim, passou a viabilizar mulheres com orientações sexuais diversas, assim como questões ligadas ao racismo.

Com essa abrangência de foco, houve a fragmentação do movimento em diversas vertentes, com a finalidade de lutarem por um feminismo de acordo com a visibilidade do

grupo. Com a quebra de paradigmas surgem movimentos com teor mais radical, sextremista¹, com visões unilaterais acerca do que consideram emergente e opressor.

O movimento feminista tornou-se um dos movimentos mais organizados e de maior conquista nas últimas décadas, ganhando espaço no cenário sociopolítico ao redor do mundo. Esse movimento conquistou espaço, sobretudo nas universidades, através dos coletivos organizados que discutem as relações de gênero e os desafios a serem conquistados ainda na contemporaneidade.

A participação nos espaços de discussão acerca do movimento feminista influencia na construção subjetiva, de modo que as participantes passam a incorporar características dos ideais na identidade. Birman (2012 apud Fortes 2013) afirma que as transformações que se revelam no campo social encontram ressonâncias em elementos psíquicos fundamentais que tecem a estruturação do sujeito. E ainda sobre a apropriação dos espaços para discussão: (...) a espacialização da experiência subjetiva estaria circunscrita à hegemonia do olhar, do espetáculo, da exibição e da exacerbação da dimensão da imagem (p. 326).

Trabalhar os movimentos sociais no âmbito acadêmico – especialmente no que tange a Psicologia Social e Psicologia Política - proporciona maior espaço de discussão e saber científico, além de possibilitar embasamento teórico para os fenômenos sociais. Os movimentos compõem espaço de discussão e promoção da garantia de direitos, possibilitando que as pessoas possam constituir os ideais de tais movimentos como elementos imprescindíveis à construção de suas subjetividades.

A subjetividade, elemento de peso no estudo da psicologia, perpassa as ações individuais e coletivas, partindo do modo individual e coletivo de construir o meio. As culturas vão se perpetuando à medida que são submetidas ao processo dinâmico econômico/social, sobretudo na atualidade, cuja globalização já incorporou aspectos que permeiam a necessidade de reivindicações sociais.

As redes mundiais de movimentos sociais têm explicitado claramente sua oposição ao neoliberalismo por motivos ecológicos, éticos, religiosos, ideológicos, políticos, econômicos e culturais. Não parece haver dúvidas sobre as questões concretas que mobilizaram os participantes destes movimentos, mesmo que exista uma cacofonia de vozes e reivindicações nas passeatas, plebiscitos, greves, e manifestações de rua organizadas nos últimos anos (SIQUEIRA et. al., 2003, p. 856).

¹ Referência ao estilo de militância do Grupo Femen, pois se autodenominam “sextremistas” por utilizarem nudez como principal instrumento de protesto.

Diante deste cenário, a psicologia social no Brasil se volta para o estudo de massas, levando em consideração as relações interpessoais, as peculiaridades culturais e de que modo essas ações interferem na construção de identidade dos sujeitos ativos (*termo original do meio jurídico que representa impor uma ação*), levando em consideração que (...) os espaços ocupados adquirem aspectos da identidade de seus ocupantes (GALINKIN, 2003, p. 167 apud JESUS, 2012).

Como já mencionado, as novas configurações acerca da pluralidade do feminismo têm causado grande repercussão no âmbito da psicologia e no meio político e filósofo, sendo, portanto, um movimento que divide opiniões e traz à tona elementos que compõem características subjetivas e culturais da mulher moderna (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL; LÉPINARD; VARIKAS, 2006). Este é um movimento que perpassou gerações, verifica-se que os impactos do discurso feminista se encontram marcados na mente e corpo da mulher contemporânea ocidental.

Mediante essas novas configurações, utilizando e trabalhando o feminismo e sua pluralidade, Márcia Tiburi, filósofa brasileira e feminista, tem contribuído junto ao atual cenário brasileiro com obras e reflexões acerca da mulher contemporânea, destacando a participação deste segmento como sujeito ativo na sociedade, e incentivando a importância da mulher nos meios políticos.

Em conformidade com o supracitado, cabe questionar se o discurso feminista, pelo viés da política e da psicologia, replica ou rechaça as estruturas patriarcais? E qual o impacto destas demandas sobre as formações identitárias da mulher contemporânea? Este trabalho visa observar qual impacto político e psicológico do discurso feminista de Márcia Tiburi na formação identitária da mulher contemporânea, no atual cenário sociopolítico do Brasil.

Dado o exposto acima, esta monografia apresenta como objetivos: apontar as contribuições políticas e psicológicas que os textos de Márcia Tiburi oferecem para a formação identitária da mulher contemporânea; relacionar a subjetividade da mulher através do movimento feminista e observar as principais ideias feministas nos textos de Márcia Tiburi que geram desconforto no âmbito político e social.

2 PSICOLOGIA SOCIAL - COMUNITÁRIA E O MOVIMENTO FEMINISTA

A Psicologia Social no Brasil, desde o início de sua atuação, buscou abraçar as militâncias, visto que essas estão na luta para legitimar a declaração universal dos Direitos Humanos. Sendo o foco da referida abordagem as relações sociais e o estudo das massas e como estas influenciam e modificam a sociedade, os movimentos sociais, em especial o feminismo, também se tornaram objeto de estudo dessa área, dando ênfase aos papéis sociais desempenhado dentro do contexto das militâncias.

Considerando que as explicações baseadas nos papéis sociais que controlam a vida adulta não tinham sido ainda alvo de qualquer tentativa unificadora, no sentido da organização de uma teoria distintiva do comportamento sexual tipificado, decidi interpretar as diferenças sexuais no comportamento social em termos de uma única perspectiva social-normativa (NOGUEIRA, 2001, p. 15).

A Psicologia Social tem motivado, através da posição de papéis sociais, trabalhar ativamente na desconstrução dos mesmos, para abertura reflexiva e crítica, especialmente no que tange à sexualidade. Um novo entendimento sobre as mudanças sociais é necessário porque as contribuições femininas e os direitos femininos têm sido um tema central nos papéis sociais, econômicos e políticos mundialmente (WORLDS WOMEN, 1995 *apud* DESOUZA et. al., 2000).

A Psicologia Social trabalha as relações de indivíduos que se dão através do meio social, de modo que o sujeito é um ser social e que permeia influências do meio e individuais para constituição de identidade. Lane (2006) define a identidade como um conjunto de papeis que o indivíduo desempenha. Neste processo de constituição do eu individual e pessoal existe a dinâmica que revela a indissociação entre o individual e coletivo, de modo que os dois são determinantes para a consciência de si.

Deste modo entendemos que a consciência de si poderá alterar a identidade social, na medida em que, dentro dos grupos que nos definem, questionamos os papéis quanto à sua determinação e funções históricas — e, na medida em que os membros do grupo se identifiquem entre si quanto a esta determinação e constatem as relações de dominação que reproduzem uns sobre os outros, é que o grupo poderá se tornar agente de mudanças sociais (LANE, 2006, s.p.).

Jesus (2010) afirma que as mobilizações da sociedade civil organizada, como as marchas, paradas, ocupações, podem ser definidas como ritos, ao romperem temporariamente com a rotina e realizarem performances de identidades e papéis sociais não hegemônicos.

A performance ritual dá distintividade a seus realizadores, tornando público quem são eles. As identidades são explicitadas de forma ritualizada, e a repetição do ritual tem, ainda, um papel pedagógico, transmitindo as ideias, crenças e representações do grupo que o realiza para os iniciantes e para os grupos externos (JESUS, 2012, p. 167).

Os rituais permitem aos seus participantes se reintegrarem às características do grupo e a vivenciarem significativamente os fenômenos grupais conforme os ideais e representações que pretendem repassar à sociedade. No meio acadêmico os espaços de discussão consistem em um mecanismo ritualístico, sendo através da apropriação do saber científico se empoderam de argumentos críticos de modo a valorizar e reconhecer a luta popular na garantia de direitos.

Em uma perspectiva psicossocial, considera-se que as pessoas se organizam em grupos e protestam em nome de uma causa comum, muitas vezes sacrificando seu conforto pessoal, por várias razões, que podem estar fundamentadas em diferentes fatores, entre eles: sentimento de injustiça, eficácia de grupo, identidade social e afetividade (JESUS, 2012, p. 169).

A Psicologia Social também trabalha com o viés da representação social, que é a forma como as pessoas percebem e reconhecem o mundo. As representações são criadas a partir da realidade dos indivíduos, se constituem em ideologias, fantasias a partir do sentido pessoal dos significados elaborados no meio social. Lane (2006) determina que as ideologias:

São representações onde a experiência, a vivência são impossíveis, ou são apenas fragmentos, fazendo com que a mediação social de pessoas, consideradas autoridades, desempenhem uma função essencial na formação da representação e é aqui, como vimos em relação aos significados da palavra, que surge o poder impondo representações consideradas necessárias para a reprodução das relações sociais. É nesse momento que se dá a transmissão ou imposição da ideologia dominante (s.p.).

Ainda sobre as representações sociais dadas através das ideologias, Lane (2006) às define como explicações sobre a realidade social vivida que encobrem relações de poder através das contradições.

São estas pessoas, que na sua identificação com a classe dominante elaboram explicações sobre a realidade social que sejam coerentes, consistentes entre si, e que justifiquem a sociedade tal como ela é; e, na medida em que estas explicações encobrem as relações de poder e as contradições decorrentes, valorizando as relações existentes, elas exercem uma função ideológica falseadora, elas idealizam uma realidade, diferente do que ela realmente é (s.p.).

A Psicologia Social, devido à sua abrangência em estudos das relações interpessoais dentro das ciências sociais, se ramificou em diversos segmentos de estudos, dentre eles,

destaca-se a área de Psicologia Comunitária que constitui em um enfoque nas comunidades e suas especificidades.

Lane (2006) define a Psicologia Comunitária como sendo as “atividades de intervenção que visam a educação e o desenvolvimento da consciência social de grupos de convivência os mais diversos”(s.p.). Sendo assim, pode-se inferir que a Psicologia Comunitária é o componente de ação da Psicologia Social, focando nas necessidades comunitárias.

Franco (1988 apud GOMES, 1999) caracteriza a Psicologia comunitária como um trabalho realizado com sujeitos sociais em determinadas localizações, e busca compreender o sujeito em conformidade com suas limitações e vulnerabilidades psicológicas, objetivando a melhoria de suas relações e condições de vida.

Todas as alterações das relações sociais entre indivíduos, grupos, associações ou instituições com impacto na sociedade em geral ou em grande número de indivíduos ou grupos, são o alvo prioritário da intervenção social (SEIDMAN, 1983 apud ORNELAS, 1997).

O olhar da psicologia no âmbito comunitário perpassa as relações multiculturais provindas do meio em que vivem. Sobre isso, Ximenes et. al. (2009) abordam:

Com efeito, a investigação-ação do psicólogo volta-se para os processos interacionais que perfazem os modos de vida comunitários, tendo em vista o seu caráter mediador na construção de saberes, práticas e atores sociais. Tais processos, dessa perspectiva, estão interligados complexamente entre si e em intensas, contínuas, mutantes e mutáveis conexões com outros contextos socioculturais (p. 691).

Deste modo, nos contextos socioculturais é necessário que se desenvolvam relações sociais que venha a se estabilizar através da comunicação e cooperativismo entre sujeitos de modo a não permitir dominação de uns sobre outros, por meio de processos educativos que deem autonomia aos sujeitos e fortaleça a unidade comunitária (LANE, 2006).

Trazendo o enfoque da psicologia social (campo teórico) e da psicologia comunitária (campo prático) para dentro do feminismo, que consiste na ideologia de igualdade de gêneros diante dos papéis sociais, relacionais e políticos, a psicologia social/comunitária através da percepção grupal, coletivo e individual, possui contribuições pautadas nas relações, construção de gênero, sexo e as influências do discurso feminista na constituição da subjetividade feminina.

Em síntese, pode-se inferir que cabe à psicologia social/comunitária entender a construção da realidade onde são pautados o movimento feminista. Tendo, portanto, ciência de que o sujeito se forma e é formado nesses espaços de reivindicação de direitos, pautando-se na constituição de elementos sociais que passam a compor a subjetividade.

2.1 Condições para o Surgimento do Feminismo

A história do movimento feminista foi motivada pela própria necessidade de reconhecimento da condição de mulher em um cenário de grande revolução econômica e política, propiciando o sentimento de participação da construção social, sobretudo nas decisões que afetariam a vida de toda uma comunidade. A sociedade patriarcal², fortemente influenciada pela crença religiosa, ditava o modelo familiar tradicional e ³conservador, de forma que o feminino obtinha participação limitada.

O Feminismo surge e se organiza como movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, acompanhando o percurso de sua evolução desde o século XVIII, tomando corpo no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, transformando-se, também, em instrumento de críticas da sociedade moderna. E, apesar da diversidade de sua atuação, tanto nos aspectos teóricos, quanto nos aspectos práticos, o Feminismo vem conservando uma de suas principais características que é a reflexão crítica sobre as contradições da modernidade, principalmente, no que tange a libertação das mulheres (SILVA, 2008, p.1-2).

O feminismo é um movimento do modernismo, de caráter eminentemente revolucionário⁴, que fora influenciado por ideias iluministas, de modo que a fé passa a ser substituída pela valorização do pensamento humano como racionalização de suas ações e, portanto, protagonista delas. Especialmente a partir da revolução francesa, a principal personagem desse movimento foi a escritora e jornalista francesa Marie Gouze, a qual era conhecida pelo pseudônimo Olímpia de Gouges (*Olympe de Gouges*), sendo suas peças de teatro de caráter desafiador à opressão masculina e a ausência de direitos das mulheres (CANCIAN, 2008).

Devido à notoriedade de suas peças, Olímpia de Gouges morreu jovem em 1793, aos quarenta e cinco anos, assassinada, por intolerância à sua luta pelo direito das mulheres,

² Representa a reprodução do modo de comportamento do “patriarca”, ou seja, a figura de homem autoritário e de prestígio nas relações de poder (BURIGO, 2016)

³ De acordo com Scruton (2015) os conservadores “atentam contra as novas normas de inclusão e de não discriminação”.

⁴ É dotado dessa característica, que vai haver uma revolta na perspectiva da realidade (CAVALHEIRO, s. a.).

deixando para trás a sua obra *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, publicada no ano de 1791, na qual evoca a democracia e a injustiça da conduta opressora masculina através da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* durante a Revolução Francesa.

As principais reivindicações das mulheres na revolução francesa consistiam no direito de serem donas de si, sobretudo na participação política que tange ao direito ao voto, por levantarem esta bandeira, foram chamadas de sufragistas, surgindo o primeiro movimento feminista denominado de *Suffragette*. Este movimento passou a participar ativamente da política francesa através de clubes de ativistas (OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

O nome sufrágio (extensão de direito ao voto) feminino, como ficou conhecido, foi inspirado através de uma história da mitologia grega citado por Santo Agostinho (2012), através dos contos de Marco Terêncio Varrão. A história conta que no reinado de Cécrope I, ambos os sexos possuíam direito ao voto. Sendo assim, houve uma convocação para escolher o nome da cidade, pois havia nascido um pé de oliveira e uma fonte de água salgada. Na consulta com o oráculo, o rei questionou os significados. O oráculo revelou que Minerva significava a oliveira e a fonte de água significava Netuno. Todos os cidadãos compareceram para votar. No entanto, as mulheres votaram em Minerva (Atenas) e os homens em Netuno, sendo que por diferença de apenas um voto, as mulheres venceram. Netuno ficou zangado e atacou a cidade com ondas e para acalmá-lo, as mulheres aceitaram três punições: perder o direito ao voto, o filho não teria o nome da mãe e ninguém as chamaria de atenienses (AGOSTINHO, 2012).

Conforme a mitologia, as “punições” aplicadas às mulheres pela revolta dos homens, na participação social delas, ainda desenha um cenário atual de práticas que visam coibir a participação feminina. Ainda hoje, denotam-se ações de oposição aos novos papéis sociais da mulher, aos quais se revelam pela naturalização de ações machistas que ainda se sustentam em modelos patriarcais para apoiarem suas ações. Drumont (1980) define o machismo como “um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”.

Em conformidade ao citado pela autora, desde crianças, meninos e meninas são remotamente expostos à práticas cotidianas de educação e aprendizado.

(...) a menina é geralmente conduzida para as atividades que não produzem dinheiro, enquanto que o garoto é necessariamente orientado para uma profissionalização. O machismo pode ser genericamente considerado como um ideal a ser atingido por todos os homens e acatado e ou invejado pelas mulheres (pág. 81-82).

Na atual conjuntura da sociedade brasileira, percebe-se a reprodução dessas práticas, ao que Karnal (*apud* Sousa, 2013) chama de falocêntrica⁵ são também reforçadores de uma educação que é dada e reproduzida no mesmo ambiente.

O machismo reforça a ideia de dominação do sexo masculino e subordinação do sexo feminino, causando controle sobre a subjetividade feminina e, ainda, moldando-a conforme as necessidades deles. Esse artifício de controle possibilitou a criação da percepção de “sexo frágil” às mulheres por gerações, fazendo-as passíveis, docilizadas e vitimizadas. Simone de Beauvoir foi uma das mais importantes feministas a discutir a vitimização da condição de mulher, como um aspecto retroalimentador do patriarcado.

Simone de Beauvoir aposta na crítica do patriarcado enquanto analisa sua história e mais ainda, ela aposta na autocrítica da condição feminina e se afasta, por meio dela, da vitimização com que as mulheres, camuflando uma fragilidade totalmente fictícia, se protegeram dos homens. A vitimização é muitas vezes a estratégia de certos feminismos que não percebem sua armadilha enquanto, ao mesmo tempo, reproduzem o patriarcado por meio de sua sustentação. Com isso, Beauvoir não quer dizer que não existam vítimas, mas que a vítima feminina é forjada dentro do patriarcado. E que as posturas que não a superam, reproduzem aquilo que gostariam de negar. Assim, a diferença entre uma vítima concreta e aquilo que podemos chamar de vítima ideológica, o sujeito da proscricção, precisa ser desfeita, pois essa estrutura acaba por se reproduzir simbolicamente fazendo repetir-se o próprio sistema em que é gerada (TIBURI, 2015, *versão online*).

O machismo se constitui em um dispositivo de controle sobre os corpos, no qual, para Foucault (1995), as premissas básicas para esse dispositivo se utilizam do saber e do poder como instrumentos básicos de dominação e subordinação. Ao denotar a relação entre poder e saber, o filósofo define que “o poder do discurso pode funcionar negativamente, distorcendo a verdade e garantindo a dominação do poder opressor” (PRADO et. al., 2011, p. 4). Esse instrumento de “ameaça” “coerção” se dá pelas formas do saber.

Prado et. al (2011) definem ainda que a sociedade se define através da proliferação de ideias que caracterizam o discurso e à medida que essas ideias são difundidas e na rapidez com que são, mascara-se onde está o verdadeiro poder. No entanto, apesar de se camuflarem os discursos, causam efeitos significativos que influenciam e criam comportamentos.

Os indivíduos apreendem desde crianças ideias e valores ditados pelas instituições valorizadas por sua sociedade, tais como a família, assim como pelas instituições - principalmente as escolares. Esses discursos, principalmente, intentam dizer ao homem qual o papel que ele precisa desempenhar na sociedade (PRADO et. al., 2011, p. 5).

⁵ Consiste na cultuação (provavelmente de forma inconsciente) nos aspectos do gênero masculino (força, brutalidade, movimento) em detrimento dos aspectos femininos (receptividade, complacência, perdão).

Para Prado et. al (2011), Foucault determina que a partir do momento em que o sujeito tem consciência de que está envolto em um discurso que molda toda uma sociedade e que também o molda, passará então a ter voz ativa sobre seu agir, de modo que terá liberdade sobre suas ações e pensamentos. A mínima tomada de consciência das ideologias e a estrutura que o cerca, este indivíduo questionará as “verdades” construídas pelos discursos institucionalizados.

2.2 Percurso Histórico do Movimento Feminista: As Ondas

O movimento sufragista marcou o que os estudiosos chamam de ‘a primeira onda do feminismo’. Este reivindicava participação e emancipação política, porém, ainda mantendo características conservadoras, assim a oposição à opressão masculina não era o principal enfoque da luta (ALVES; ALVES, 2013).

No Brasil, o movimento feminino sufragista (conhecidas como *sufragetes*), teve como principal representante Bertha Lutz (1894/1976), bióloga e cientista que teve sua formação no exterior e onde, possivelmente, teve conhecimento do movimento feminista. Em 1910, com o retorno ao Brasil, iniciou a luta pelo voto feminino, organizou campanhas públicas e abaixo-assinados pedindo junto ao Senado a aprovação do projeto de lei que visava o direito das mulheres ao voto. Em 1932, com a ajuda do senador Juvenal Lamartine, o projeto de lei fora aprovado, instituindo o direito da mulher ao voto no Código Eleitoral Brasileiro (PINTO, 2010).

A segunda onda do movimento feminista foi representada por duas grandes escritoras, sendo elas: Simone de Beauvoir (1908/1986) e Betty Friedan (1921/2006). Ambas discutiam o papel que a mulher deveria empenhar versus o papel que ela gostaria de empenhar. Friedan impactou a comunidade americana ao escrever “A mística Feminina”, livro que retratou a infelicidade do papel exclusivamente doméstico para o qual as mulheres eram destinadas. O protagonismo fora do tradicional ambiente familiar deu à mulher uma opção de escolher o destino que gostaria para sua própria vida, despindo-se da submissão patriarcal (DUARTE, 2006).

A mulher passa a discutir a consciência de gênero, sobretudo elucidado através da obra “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir, tratando a questão do feminino argumentando em três principais âmbitos: biológico, psicanalítico e materialismo.

É evidente que esse problema não teria nenhum sentido se supuséssemos que pesa sobre a mulher um destino fisiológico, psicológico ou econômico. Por

isso, começaremos por discutir os pontos de vista da biologia, da psicanálise e do materialismo histórico acerca da mulher. Tentaremos mostrar, em seguida, que a mulher foi definida como o Outro e quais foram as consequências do ponto de vista masculino. Descreveremos então, do ponto de vista das mulheres, o mundo que lhes é proposto; e poderemos compreender contra que dificuldades se chocam no momento em que, procurando evadir-se da esfera que lhes foi assinalada até o presente, elas pretendem participar do *mitsein* humano (BEAUVOIR, 1970, p. 23).

Neste livro, Beauvoir (1970) aborda traços históricos e mitos que contribuíram para a definição patriarcal do papel da mulher e percepção da mulher como o “outro” e não o “igual”. Destacando em sua primeira parte, a biologia dos órgãos fecundadores, evidenciando que para alguns estudiosos, o óvulo é um órgão passivo e o espermatozoide o elemento ativo.

Assim, o óvulo, em seu princípio essencial, a saber, o núcleo, é superficialmente passivo; sua massa fechada sobre si mesma, encerrada em si mesma, evoca a espessura noturna e o repouso do em si; é sob a forma da esfera que os Antigos representavam o mundo fechado, o átomo opaco; imóvel, o óvulo espera. Ao contrário, o espermatozoide aberto, miúdo, ágil, representa a impaciência e a inquietação da existência. Não se deve deixar-se seduzir pelo prazer das alegorias; assimilou-se, por vezes, o óvulo à imanência, o espermatozoide à transcendência. Mas é renunciando à sua transcendência, à sua mobilidade, que este penetra no elemento feminino (pág. 33 e 34).

Beauvoir (1970), conclui seu pensamento à noção de feminilidade vista pela parte biológica, como difícil de descrever uma posição válida, da condição de fêmea através do óvulo e do macho através do espermatozoide, de modo a ser insuficiente, devido à relação do organismo da parte das gônadas, ser variável.

No ponto de vista psicanalítico é abordado o ser fêmea na medida em que a mulher se sente fêmea.

Há dados biológicos essenciais e que não pertencem à situação vivida. Assim é que a estrutura do ovário nela não se reflete; ao contrário, um órgão sem grande importância biológica, como o clitóris, nela desempenha um papel de primeiro plano. Não é a natureza que define a mulher: esta é que se define retomando a natureza em sua afetividade (BEAUVOIR, 1970, pág. 59).

Freud, considerado o pai da psicanálise, baseou seu estudo de histeria nos casos de pacientes mulheres. Até então, acreditava-se que apenas as mulheres desenvolviam histeria, a base da estrutura de personalidade neurótica. Freud relacionou o desenvolvimento da histeria em mulheres ao modelo patriarcal rígido de sua época, destacando a repressão da sexualidade feminina, pois a mulher não exercia controle sobre o próprio corpo e, não experimentava o prazer.

Sigmund Freud se dedicou a investigar sobre o desejo feminino, a neurose histérica e as demandas das mulheres durante toda a sua obra e foi a partir de seus questionamentos oriundo do discurso que ouvia de suas pacientes em seu consultório que a psicanálise foi criada como teoria e prática clínica. As mulheres sempre foram apresentadas como um enigma a ser desvendado ao longo de anos anteriores à psicanálise e também durante o movimento psicanalítico (BITTENCOURT, 2014, p. 1).

Freud passou a ganhar muitos seguidores a partir da estruturação da teoria psicanalítica. Entre elas, destaca-se a médica e psicanalista Melanie Klein (1882/1960), que abordou sua obra de psicanálise no âmbito materno, na relação mãe-filho, ainda nos primeiros anos de vida da criança, de forma que considerou estruturas identificáveis de personalidade ainda na infância.

Beauvoir (1970) faz críticas ao modelo psicanalítico, no qual embora inclua a mulher como também tendo desejos libidinais, põe-na como veneradora (sentir inveja) do falo, a ponto de esta sentir o medo da castração (Complexo de Eletra), resultando na supervalorização do pênis como objeto de virilidade e força. Muito embora as próprias feministas, na contemporaneidade – a exemplo mesmo de Márcia Tiburi –, tenham se dado conta que este momento histórico da psicanálise já foi amplamente revisado⁶.

Por outro lado, por não se inspirar numa descrição original da libido feminina, a noção de complexo de Eletra permanece muito vaga. Mesmo entre os meninos, a presença de um complexo de Édipo de ordem propriamente genital está longe de ser geral; mas, salvo raríssimas exceções, não há como admitir que o pai fosse, para a filha, uma fonte de excitação genital (pág. 63);

Pelo olhar do materialismo histórico, Beauvoir (1970) destaca que a consciência feminina não é apenas definida pelo fator sexual, mas reflete uma condição que depende de uma estrutura econômica e social que interfere na evolução da composição do “ser social”. Enfatiza a opressão vivida pela mulher e de como era vista pela perspectiva de propriedade, não dona de si.

A terceira onda do movimento feminista foi marcada por comportamentos e críticas mais ousados, pois se consagrou como movimento social e político, em grande parte por influências anarquistas e da ideologia partidária Comunista. Suas principais ideias consistiam na crítica ao discurso, que conforme elas, estaria infectado pelo ponto de vista ocidental, representada por intelectuais brancas e heterossexuais (LUCENA, 2012).

⁶ Márcia Tiburi lembra que Freud é muito criticado por parte das feministas, “mas este ato corajoso [de ouvir as mulheres] ninguém ainda tinha tido. Isso deve ser creditado a ele” (SOUSA, 2016).

Sobre o feminismo contemporâneo, Tiburi (2015) ressalta:

É uma postura comum dos feminismos contemporâneos a defesa de que já não existe o grupo representativo que entendíamos antes por “mulheres”. O combate à universalidade categórica que apenas favorece a estrutura da dominação foi uma ação responsável do feminismo autodesconstrutivo, aquele que se chama feminismo enquanto rememoração de um tempo em que a luta era pelos direitos das mulheres. Hoje está em jogo inclusive o direito de não pertencer ao estereótipo “mulher” (Revista Cult, edição 132).

Essa nova onda possui teorias pós-feminismo, eleva a discussão apoiada no discurso dos Direitos Humanos, pautado na inserção de elementos como raça, sexualidade e luta de classes. Essa movimentação se deu a partir da década de 1980, marco temporal em que o público incluía o protagonismo da mulher negra e lésbica que não se sentiam contempladas pelo movimento feminista. Neste ponto, se faz necessário debruçar-nos sobre a dimensão psicológica do movimento.

Foi assim que então questões como raça, etnia, religião e sexualidade colocaram novos desafios para se pensar novas significações de “humano/a” e passou a pautar as discussões mais recentes das feministas na agora intitulada terceira onda (LUCENA, 2012, n.p).

A terceira onda passou a se dividir em duas principais correntes de pensamento: antiessencialismo e multiculturalismo. As feministas antiessencialistas baseiam sua luta na objetivação da desconstrução de qualquer identidade, através do critério da história propor aspectos culturais que levam à repressão e exclusão. Já as feministas multiculturalistas defendem a valorização das diferenças de identidades culturais, de forma que todos possam gozar de seus direitos universais, sendo, portanto, respeitados em suas diferenças individuais.

A filósofa e feminista Nancy Fraser (2006) tece críticas a ambas vertentes, sendo que estas buscam por pautar o movimento na então política de reconhecimento, esquecendo-se da política de redistribuição econômica, a qual considera itens básicos da justiça bidimensional⁷. Sendo assim, nos movimentos atuais há busca de justiça através de reconhecimento, na qual procuram reafirmar, valorizar e diferenciar suas respectivas identidades, enquanto que nos movimentos de luta por redistribuição busca por abolir as diferenças que embasam todo o sistema socioeconômico, tornando as duas lutas impossíveis de coexistirem.

Sobre a discussão de gênero pelas lutas feministas atualmente, Lucena (2012) afirma:

⁷ Nancy Fraser coloca as relações entre as dimensões do reconhecimento e da redistribuição para dar base ao conceito de justiça social.

No caso da discussão de gênero especificamente, encontramos uma coletividade bivalente que abarca tanto dimensões econômicas quanto dimensões culturais valorativas. Necessita desse modo, de políticas redistributivas que dissolvam as diferenciações de gênero, ao mesmo tempo de políticas de reconhecimento dessa coletividade desprezada. Deparamo-nos então, mais uma vez com o conflito entre diferença e igualdade (s. p).

A filósofa então propõe uma sugestão que vigore a englobação de ambos os interesses, a fim de que a militância dos movimentos seja de maneira eficaz e unificada através do princípio de *paridade de participação*.

Com esse princípio, deve haver uma distribuição de recursos materiais que permita a independência e “voz” dos participantes. Com esta condição suprimida, seria possível impedir a existência de subordinações econômicas, que limitariam a paridade de participação. O segundo passo requer a exclusão de padrões institucionalizados que depreciem categorias de pessoas e características a elas associadas, de forma a exprimir igual respeito a todos os participantes, dando iguais oportunidades para alcançar a consideração social (LUCENA, 2012, s.p).

A filósofa conclui seu pensamento resgatando a igualdade material como ferramenta de um novo pressuposto a ser reivindicado nas pautas dos movimentos sociais, princípio este que fora esquecido com a queda do socialismo (LUCENA, 2012).

2.3 O Feminismo Pós-Modernista

Dando ênfase às pluralidades dentro do próprio movimento, este passou a se converter em múltiplas formas de pensamento e interpretações, visto que a principal premissa é o respeito às diferenças e à livre opinião, deixando de lado as considerações até então hegemônicas das intelectuais das ondas anteriores.

O conceito de pós-feminismo poderá assim traduzir a existência hoje de uma multiplicidade de feminismos, ou de um feminismo "plural", que reconhece o fator da diferença como uma recusa da hegemonia de um tipo de feminismo sobre outro, sem, contudo, pretender fazer tabula rasa das batalhas ganhas, nem reificar ou "fetichizar" o próprio conceito de diferença (MACEDO, 2006 *apud* BEDIN et. al., 2015, p. 339).

Segundo Narvaz e Koller (2006), a emergência do feminismo contemporâneo vem expor e propor quatro principais categorias: conceito de gênero, a política com base na identidade feminina, conceituação do patriarcado e a utilização do conhecimento científico como ferramenta de pesquisa.

A desnaturalização de gênero constitui na principal reivindicação, passando a retirar a perspectiva histórica e biológica do gênero binário homem-mulher, macho-fêmea, de modo a

entender o gênero como algo restrito ao campo das relações, sobretudo políticas, sendo, portanto, uma construção social, uma invenção (p. 650).

(...) as formas de diferenciação humana, engendradas no contexto social, sempre remetem a uma configuração sociocultural própria a cada momento histórico, que se relacionam com as possibilidades dadas ao indivíduo em função de sua inserção em um determinado universo de discurso (SANT'ANA, 2007).

As relações de poder passam a ter novo significado a partir da atual configuração de conceitualização de gênero, na qual fortifica a construção social através de formações discursivas (GABRIELLE, *versão online*), constituindo ideologias através da linguagem de significados, conceitualizando nova percepção de valores culturais.

Thompson (1995) abrange cinco formas de operação de ideologia, como as de relação de poder através do discurso. São elas: legitimização, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Destaca-se em especial a reificação, que se valida por meio da naturalização, circunstância em que as construções socioculturais existem independentes a ações humanas (p. 4).

No discurso feminista da terceira onda é possível denotar várias linhas interpretativas cujo objetivo é a busca pelo reconhecimento da igualdade de gênero através das diferenças culturais de seus protagonistas. É um meio que permite livre participação e exposição, na qual evidencia convergência de pensamentos acerca do movimento. Sobre isso, Gabrielle (*versão online*), afirma:

É preciso negociar meios para colocar em pauta o discurso "alternativo" feminista - ao menos entre as próprias seguidoras dessa corrente. Demonstrar como a ideologia se articula nos discursos é imprescindível para esse fim. Lembrar que a ideologia opera através de ofuscações, dissimulações, fragmentações etc (...).

Sendo esses discursos de caráter multicultural, observa-se a valorização da subjetividade da mulher intrinsecamente voltada às ações de cunho libertário. A exploração por parte da mulher, também se elevou no caráter radical, pois busca veementemente a igualdade através da união na luta contra os homens e toda e qualquer forma de patriarcado e sua opressão. A essa corrente, denomina-se feminismo radical.

No segmento radical, as feministas percebem as estruturas culturais e instituições sociais como sendo uma forma de patriarcado, dominação e centralização criada por homens que objetivava a inferiorização na participação política/social de mulheres. Tal situação

reforçava a falta de moralidade do gênero feminino, reforçando a violência (SILVA, *versão online*).

A pluralidade e a busca pelo resgate da subjetividade da mulher no movimento feminista na terceira onda enfraqueceram a vertente radical do feminismo, logo o universal é posto de lado, sobretudo dando ênfase ao plural. Sobre o declínio dessa vertente, a autora comenta:

Embora a diversidade de ideias tenha sido uma experiência rica para o movimento feminista, mas representou, também, uma das causas do declínio do ativismo do feminismo radical. A tese das mulheres unidas em uma irmandade por uma experiência comum também foi ameaçada pela polêmica questão de classe e do lesbianismo. Em última instância, foram as dissensões internas, mas o desgaste de um movimento com estas características, que trouxe em meados dos anos setenta o abrandamento do ativismo do feminismo radical (SILVA, *versão online*).

Um dos principais discursos de caráter político consiste no empoderamento, na qual as muitas vozes feministas o fixaram como principal baluarte no cenário sociopolítico atual, obtendo diversos apoios de instituições ao redor do mundo. Um exemplo disso é o reconhecimento da ONU (Organização das Nações Unidas), como política a ser adotada em todo o planeta.

O empoderamento pessoal⁸ visa elementos da psicologia que promovem crescimento no indivíduo, fazendo com que este promova suas conquistas através de si mesmo, em uma espécie de autogerenciamento imanente. Isso ocorre devido à capacidade do indivíduo de realizar, por si mesmo, as mudanças necessárias para evoluir e se fortalecer, o sujeito passa a ver o meio sob uma nova perspectiva. Essa ferramenta passou a se estabelecer também no âmbito social, sobretudo das militâncias, através de organizações como a ONU, detém pressupostos para atingir/alcançar as lutas sociais.

A ONU mulheres juntamente com o Pacto Global criaram *os princípios de empoderamento das mulheres*, com o intuito de ajudar as empresas a englobar dentro do âmbito interno de funcionamento, práticas que promovam a igualdade e reconhecimento feminino. Esse pacto inclui o preenchimento de um formulário, a fim de que a empresa se comprometa juntamente ao órgão internacional, de promover uma instância de equidade entre gêneros.

São os princípios de Empoderamento da mulher estabelecidos pela ONU:

⁸ [...] é a mudança de mentalidade a partir da percepção do sujeito das próprias forças, que resulta em um comportamento de autoconfiança (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero, no mais alto nível. 2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não discriminação. 3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa. 4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres. 5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres através das cadeias de suprimentos e marketing. 6. Promover a igualdade de gênero através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social. 7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero (ONU Mulheres, 2010, *versão online*).

No Brasil, uma importante conquista feminista no âmbito político contemporâneo consolidou-se através da lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), a qual configurou avanços na luta pelo fim da violência contra a mulher, especialmente no âmbito doméstico. Paralelamente a isso, foi também criada a lei do feminicídio como crime hediondo, assinada pela presidente Dilma Rousseff em reconhecimento à militância feminista. Esta lei (13.104/15), instituída no ano de 2015, define sua aplicabilidade tanto a crimes de gênero praticados por homens, como por mulheres. A discriminação e vulnerabilidade para com as vítimas são tidas como as principais características a se enquadrar nas punições da lei (SILVA, 2015).

A partir das conquistas femininas no Brasil na pós-modernidade, a luta das mulheres ganhou várias articulações e, sobretudo, medidas diferenciadas. No que tange à diversidade cultural, surge a vertente feminista da protagonização da mulher negra, pois as mesmas não se sentiam visibilizadas pelo movimento.

A condição social das mulheres negras, por não ter despertado grande interesse nas feministas, que por muito tempo ficaram restritas ao debate sobre a relação homem-mulher, passou a ser estudada principalmente por feministas negras. Estas mulheres vêm demonstrando que o enfoque exclusivo às questões de gênero apresentado como fonte de opressão de mulheres não faz a conexão entre o sexismo e outras formas de dominação existente na sociedade. Este olhar exclusivo, aliás, apaga outros aspectos das identidades das mulheres e suas experiências (inclusive raça) sexualidade e classe. (PINTO, 2007, p.31).

O racismo, conforme o feminismo negro é tido como uma das formas de ideologia que são resultantes do modelo patriarcal opressivo, que geram resquícios na pós-modernidade. Lutar contra o racismo também é uma forma de adquirir igualdade para ambos os sexos, o qual caracteriza também a luta feminista.

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero

feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Outra luta das mulheres na pós modernidade também trouxe a exploração do corpo como arma de reivindicação, em que se utilizam de nudez e frases de ordem pintadas no corpo para protestar a favor da liberdade sexual e contra a violência sexual sofrida por mulheres ao redor do mundo. O maior grupo atualmente que segue essa vertente feminista, é o FEMEN (OLIVEIRA, 2013).

O FEMEN é um grupo feminista de origem ucraniana, segue uma vertente mais radical, a qual denominam *sextremismo*. Instituído em 2008, utilizam-se de coroa de flores e palavras de ordem estampadas no corpo, geralmente com os seios à mostra, causando quase que costumeiramente confronto com a autoridade policial, por protestarem em lugares estratégicos (PEREIRA; NOGUEIRA, 2014).

Tendo como referência a luta socialista por igualdade de direitos, o grupo FEMEN tem alcance internacional, pois se baseia nas ideias do filósofo alemão August Bebel, o qual deixou uma publicação sobre a luta da mulher e o socialismo. Suas principais reivindicações são contra religiões que ainda detém princípios patriarcais referentes à repressão sexual.

Os protestos realizados pelas ativistas do FEMEN são compostos pela nudez dos seios, uma vez que a sociedade é receptiva com o Seio em dois cenários: amamentação, remetendo a uma imagem de carinho, amor, afeto e proteção; e a atribuição do seio como objeto sexual, ou seja, algo que é gostoso, prazeroso e excitante. Entretanto o mesmo “objeto” apenas colocado em um contexto diferente, usado como arma de guerra, arma de protesto, gera diversos sentimentos negativos, como repulsa, ofensa e choque (PEREIRA; NOGUEIRA, 2014, *versão online*).

Devido às provocações causadas pelo FEMEN, comumente suas intervenções estão na mídia como destaque. Sobre isso, Pereira e Nogueira (2014), denotam:

O FEMEN acredita que o feminismo clássico está bem vivo em suas teorias, entretanto agoniza em ações práticas. O movimento acredita ainda que a informação deve atingir todas as camadas, desde as mais simples a mais intelectual, a mídia é um dos principais meios de comunicação utilizado pelo movimento, pois se esconder desta seria o mesmo que fazer o papel da vítima que se cala e não denuncia o agressor.

No Brasil, o movimento FEMEN ganhou força no ano de 2012, tendo como principal representante a líder Sara Winter, a qual recebeu treinamento na Ucrânia para então implantar a filial no Brasil. O FEMEN passou a ser alvo de críticas dentro do próprio feminismo, de

modo a serem chamadas de antifeministas por outras vertentes brasileiras do feminismo. Suas principais reivindicações no Brasil eram contra o turismo sexual e a prostituição.

(...) marcado pela performance, as ativistas misturam política e teatro para realizar suas ações. Quase sempre seminuas, elas atuam em espaços públicos de forte apelo simbólico (monumentos nacionais, parlamentos, praças públicas), afirmam que o elemento erótico contido nos protestos é intencional e visa chamar a atenção da mídia para as causas em combate. Fortemente internacionalizado, o movimento está presente em dezenas de países, sempre repetindo o modus operandi original (MOITA, 2013, p. 1).

Segundo Moita (2013) as controvérsias do movimento FEMEN, são de abrangência internacional tanto por conservadores, como por feministas, os quais não consideram legítimo o uso da nudez e, portanto, rechaçam o movimento como sendo de vertente feminista. O movimento fechou sua filial no Brasil no ano de 2013. A líder Sara Winter, deixou a militância e atualmente é cristã e luta contra o aborto.

Outras vertentes do feminismo apostam na luta pela liberação do aborto como símbolo de conquista dos direitos sexuais e reprodutivos, de maneira que as estruturas patriarcais do Estado não devem interferir no corpo feminino (BARSTED, 1991). As feministas que pautam sua luta no aborto impactaram a década de 80, tornando as bases moralistas frágeis perante o discurso “*Meu corpo, minhas regras*”.

No Brasil, o aborto é previsto como crime perante o Código Penal Brasileiro (CPB). Dentro desta situação, há casos clandestinos, cujo um número significativo de mulheres se submetem ao procedimento de forma ilegal, gerando então um problema de saúde pública, devido às péssimas condições nas quais o procedimento é realizado.

A indução do abortamento no Brasil está regulamentada no Código Penal, que a tipifica como crime contra a vida, punível com um a três anos de detenção. Essa prática não é considerada crime quando objetiva salvar a vida da mulher ou quando a gravidez resulta de estupro. A criminalização do aborto contribui para a manutenção das altas taxas de morbimortalidade materna, comprometendo o alcance dos compromissos firmados em relação aos objetivos de desenvolvimento do milênio (VILLELA; MONTEIRO, 2015, p. 534).

O estigma do aborto no Brasil tem provocado grande repercussão no âmbito religioso e tradicionalista, os quais, com referência política, decidem por banalizar o aborto e a atitude do abortamento, colocando a mulher em uma visão desfavorável de negligência e irresponsabilidade.

O estigma associado à decisão de interromper a gravidez, somado ao processo de criminalização dessa prática, fomenta a ideia de que o aborto é uma ação pouco responsável da mulher, para corrigir um erro seu. Tal

enfoque obscurece a análise das particularidades socioeconômicas relacionadas à prática do aborto, além da influência de uma cadeia de situações na tomada dessa decisão, decorrentes das desigualdades entre homens e mulheres. A estigmatização e a criminalização do aborto também contribuem para que seja realizado em condições inseguras e arriscadas, principalmente entre mulheres pobres e menos escolarizadas. Os benefícios decorrentes da não criminalização do aborto em diversos países têm fundamentado reivindicações da sociedade civil brasileira, para que o país avance nessa direção (VILLELA; MONTEIRO, 2015, p. 536).

A estigmatização do aborto é um dos temas defendidos pela filósofa Márcia Tiburi, a qual apresenta argumentos atrelados à realidade socioeconômica do Brasil, trazendo à tona elementos do patriarcado que permanecem na cultura deste país. A autora aponta indícios de opressão pautados na pouca expressão que a mulher brasileira passa, ao ser abordado tal tema, conforme será exposto no tópico de análises deste trabalho.

3 - METODOLOGIA DE PESQUISA

Trata-se de revisão bibliográfica da literatura nacional de livros e pesquisas sobre o movimento feminista que impactaram a segunda metade do século XX e primeira metade do século XXI, destacando publicações de autoria da filósofa e feminista brasileira Márcia Tiburi, de modo a revisar três publicações com os conceitos mais abordados pelo movimento, veiculadas virtualmente, nos últimos quinze anos. A apreciação dos dados será analisada de forma qualitativa, a partir da análise de conteúdo (LAKATOS; MARCONI, 1999).

Após a coleta de dados de elementos do discurso feminista nos textos de Márcia Tiburi, foi adotado como critério de exclusão os artigos analisados não condizerem com a temática central deste trabalho, afastando-se da problematização teórica ou empírica do discurso feminista. As publicações encontram-se em veículo virtual, a partir do site pessoal da autora, bem como da coluna na Revista Cult. São elas:

- Um espelho para o novo sexo frágil – Sobre as vantagens do feminismo na vida dos homens;
- Aborto, soberania e mudez das mulheres;
- Quem tem medo de Simone de Beauvoir;

A pesquisa foi desenvolvida de modo qualitativo, através da análise de conteúdo que, conforme Bardin (1977), consiste em:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 48).

Sendo a revisão bibliográfica deste trabalho de caráter social e psicológico, requer uma análise explicativa dos conceitos que mais aparecem nos textos, pois decorre de análise de fenômenos e suas influências, obtendo, assim, um olhar subjetivo de análise. Em última instância, os conceitos que mais aparecerem nos textos da autora supracitada serão organizados em tabelas, apenas para conferência do número de vezes em que são citados. Os cinco principais conceitos, listados a partir da tabela, serão objetos de análise conceitual, visto que, tendo em vista a quantidade com que foram empregados ao longo dos textos, são de relevância para a interpretação e análise discursiva, na qual consiste a proposta deste trabalho.

Para tanto, fez-se necessária revisão da bibliografia para além do tempo anteriormente determinado, no qual consistia em analisar as publicações nos últimos quatro anos. Entretanto, cabe ressaltar que as publicações feitas pela autora Márcia Tiburi nos últimos dez

anos, ainda continuam a serem publicadas em veículos de comunicação nacional, revelando ser tão atual quanto a data original de sua publicação. Assim sendo, houve a necessidade de abrangência referencial para o período de consulta de suas obras pelo período de quinze anos.

4 - ANÁLISE DE DADOS

4.1 – Márcia Tiburi: Trabalhos

A autora em questão é graduada em filosofia (PUC-RS) e artes (UFRGS) e mestre (PUC-RS, 1994) e doutora em filosofia (UFRGS, 1999). Fez várias publicações de livros na área da filosofia, dentre as quais destacam-se as obras: *As Mulheres e a Filosofia* pela editora Unisinos, no ano de 2002; *O Corpo Torturado* pela editora Escritos, no ano de 2004; *Mulheres, Filosofia ou Coisas do Gênero* no ano de 2008, pela editora Edunisc; e por último, *Seis Leituras sobre a Dialética do Esclarecimento* lançado no ano de 2009, pela UNIJUÍ.

Pela editora da Record, publicou *Filosofia em Comum - para ler junto* no ano de 2008; o romance *O Manto*, da série intitulada Trilogia Íntima (2009); literaturas infantis como *Filosofia Brincante* (2010) e *Olho de Vidro, a televisão e o estado de exceção da imagem* (2011); e por último, publica o romance *Era Meu esse Rosto* (2012). Em 2010 também publicou a literatura infantil: *Diálogo/Desenho* (edição SENAC).

A autora também publicou em parceria com Denise Mattar o livro *Maria Tomaselli*, sobre a artista homônima, no ano de 2009. Publicou diversos ensaios tais como: *Crítica da Razão e Mimesis no pensamento de Theodor Adorno* (EDIPUCRS, 1995), *Uma outra história da razão* (Editora. Unisinos, 2003), *Diálogo sobre o Corpo* (Escritos, 2004), *Filosofia Cinza - a melancolia e o corpo nas dobras da escrita* (Escritos, 2004) e *Metamorfoses do Conceito* (pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 2005.

Publicou os romances *Magnólia* em 2005, o qual fora indicado em 2006 ao Prêmio Nacional Jabuti de melhor romance e o segundo volume da série Trilogia Íntima chamado *A Mulher de Costas* em 2006 (ambos pela editora Bertrand Brasil).

Neste ínterim, encontram-se os livros *Diálogo/Dança* e *Diálogo/Fotografia* pela editora do SENAC-SP. Como escritora e filósofa, já participou de eventos literários ao redor do Brasil, entre eles a Jornada Literária de Passo Fundo, a Fliporto, o Festival da Mantiqueira, a Tarrafa Literária de Santos, as Bienais do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, as feiras de Ribeirão Preto, de Porto Alegre, de Santa Maria, a Panamazônica de Belém, entre outras.

Participou no ano de 2005 do Programa Saia Justa pelo canal pago GNT pelo período de cinco anos, ao lado das atrizes Luana Piovani, Maitê Proença e Betty Lago, O resultado dessa experiência resultou no livro “*Olho de Vidro: A Televisão e o Estado de Exceção da Imagem*”.

Nas redes sociais, a filósofa possui mais de cinquenta mil seguidores em sua página pessoal no Facebook e aproximadamente trinta mil seguidores na rede Twitter. Nessas redes sociais, a filósofa mostra-se acessível a seus seguidores ao dialogar com eles, através das postagens de sua agenda semanal e publicações de artigos.

Márcia Tiburi também é idealizadora do #partidA, um partido feminista que funciona para garantir espaço de discussão e promoção de participação política livre, em todas as ramificações do movimento feminista. Também é escritora de veículos de comunicação social de circulação nacional, tais como jornais e revistas, sendo colunista fixa da Revista CULT desde 2008. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie, professora convidada da Fundação Dom Cabral. Realiza palestras sobre filosofia, ética e educação e temas relacionados.

4.1.1 Resumo das Obras

Para este trabalho foram separadas três obras da filósofa, de circulação online, publicadas pela Revista Cult, na qual a referida autora é colunista desde 2008. Estas obras consistem de textos pessoais embasados na filosofia e outras ciências, de foco feminista, discutindo abertamente sobre a relevância deste movimento nas áreas: políticas, filosófica, social e psicológica.

A primeira obra a ser analisada é “Um espelho para o novo sexo frágil – sobre as vantagens do feminismo na vida dos homens”, publicado na Revista Cult. Apresenta como temática a abordagem anteriormente atribuída à mulher como o sexo frágil, propondo valores relacionados a objetificação da mulher para com o homem, na qual este passou a ter poder de posse, de modo que a mulher passava a ser vista como “coisa”.

A autora traz elementos históricos de antes da estruturação do movimento feminista, citando mulheres que sempre lutaram pela igualdade de gênero e de serem reconhecidas por serem mulheres, sem serem atreladas à imagem de dependência do homem. A revolução do feminismo causou o desprendimento da imagem da mulher dependente da imagem do homem, de modo que nasceu uma autoconsciência reflexiva dos homens, a qual denomina-se “masculinismo”.

A segunda obra, “Aborto, soberania e mudez das mulheres” veiculada nacionalmente pelo jornal *Folha de São Paulo*, trata da situação de criminalização do aborto no Brasil, trazendo dados de saúde pública, as quais, implicam diretamente na mulher de forma física e

psicológica, de modo que estas, por situação de conservadorismo no âmbito político, sentem-se silenciadas perante a discussão sobre o tema.

A representação política do país é composta, em sua maioria, por homens. Esta posição representativa e pouco aberta ao diálogo faz com que as mulheres se sintam prisioneiras em seus próprios corpos e em uma conjuntura social, que lhes proporcionam sensação de intensa vigilância. Essa mudez, conforme a autora, é expressa em clínicas de aborto clandestino no Brasil.

“Quem tem medo de Simone de Beauvoir?”, o terceiro texto analisado, trata sob a influência da autora do Livro “O segundo Sexo”, considerado o marco da segunda onda do feminismo. O livro rompeu com as bases estruturais da sociedade à época de sua repercussão, pois trata-se sobre a premissa de nascer sob uma condição de gênero. O rompimento veio através da frase “ninguém nasce mulher, mas torna-se”, abrindo caminho para discussões de gênero e sexo e na “desmontagem” dos mesmos.

Márcia Tiburi traz à tona a emblemática contextualização e disparidade entre desigualdades e privilégios de gêneros, que sem perceber, marcam os indivíduos, caracterizando formas de comportamentos determinadas por condições de sexualidade e gênero.

4.2 - Um espelho para o novo sexo frágil – sobre as vantagens do feminismo na vida dos homens (Ver anexo A).

Mulheres; Homens; Feminismo; Representação; Direitos (Ver Apêndice A)

A cultura comparativa do gênero feminino como o “sexo frágil”, foi construída ao longo do tempo por ferramentas do discurso machista, no qual obteve como primórdio a força física. Tiburi (2010) traz à reflexão crítica da desconstrução do sexo frágil como uma vantagem na vida dos homens, através do levantamento da consciência de “masculinismo”, ressaltando que o mesmo fora influenciado pelo questionamento das mulheres de suas próprias condições de gênero e sexo.

O “masculinismo” nascente deriva da autoconsciência dos homens sobre sua condição à deriva diante da revolução vivida pelas mulheres. Neste sentido, podemos dizer que os homens seguem o exemplo das mulheres. Mais do que isso, no entanto, obrigam-se a pensar e analisar sua própria condição diante da perda de seu objeto. (TIBURI, 2010, *versão online*).

A autora traz à luz esse novo movimento de consciência de gênero masculino, na qual o homem passa a sentir-se vulnerável nas questões sociais. Silva (2000) afirma que nos

últimos anos, o debate em torno da identidade masculina tem apontado para uma verdadeira crise da masculinidade do homem contemporâneo. Entretanto, o surgimento dessa nova vertente se consolidou, pois “o homem estaria sendo colocado em xeque porque estaria perdendo a noção de sua própria identidade, passando a buscar uma melhor descrição de si”.

Butler (2003) destaca reflexões acerca de determinismo versus o livre arbítrio no gênero, de modo que destaca a importância dos significados culturais que o corpo carrega, tendo o gênero como uma construção. A autora discute a abrangência da autocrítica não somente às afirmações totalizantes masculinistas, mas também ao feminismo, de modo que deve-se levar à juízo o opressor em comum, através das relações subordinadas que independem do gênero, sexo, raça e etc.

A luz da psicanálise, Millet (1970) traz à tona a distribuição da personalidade feminina em passiva, narcisista e masoquista. Essas heranças de “personalidade feminina” contribuíram para uma “condição de gênero” voltados exclusivamente ao feminino. A autora destaca que essa alusão contribuiu para a justificativa de ações degradantes.

Não só exprime a atitude masculina em relação às funções femininas (que são penosas, degradantes, etc), mas também justifica toda a situação de domínio ou de humilhação infligida à mulher sob o pretexto de que é um alimento para a sua natureza. Se levarmos esta ideia até às últimas consequências lógicas, chegaremos à conclusão que maltratar uma mulher não só é excelente para ela como corresponde exactamente ao seu desejo (p. 199).

A valorização da masculinidade, que fora perpetuada por séculos, se viu vulnerável a partir da tomada de espaço, desconstrução de passividade e valorização identitária feminina de modo que:

Sob a ameaça de uma feminilidade inerente a alguns homens, decorrente do medo de tornarem-se homossexuais, e diante da obrigatoriedade de pôr a prova o seu sexo forte, os homens tiveram que cultivar mais do que nunca a sua masculinidade e a sua virilidade, caracterizando também a primeira crise da identidade masculina (SILVA, 2000, p. 11).

Como resultado das conquistas femininas, o compartilhamento de papéis também surgiu de forma reflexiva nos homens, pois passaram a considerar introyecções subjetivas da divisão de papéis no ambiente familiar e social. Silva (2000) discorre acerca da consciência de gênero masculino em decorrência dos estudos na Europa e Estados Unidos, pois passam a reivindicar e a redefinir a si como homem.

Silva (2000) prossegue que grande parte das características masculinas já não mais se sustentam, e, portanto, os homens passam a admitir uma quantidade de feminilidade

incorporada ao social. No entanto, esse conjunto de características masculinas na contemporaneidade não conseguem por si só descrever a verdadeira identidade masculina, caracterizando portanto, a atual crise de identidade masculina.

Tiburi (2010) coloca essa inversão de papéis em seu texto (anexo A), como o novo “sexo frágil” da contemporaneidade. Trazendo à tona a inversão objetal⁹, de modo que anteriormente a mulher era tida como subordinada às vontades masculinas, sendo que atualmente, devido ao protagonismo social e político da mulher, o homem sente-se desprivilegiado nestes mesmos aspectos, tornando-o vulnerável. A autora denota que “o que está em jogo hoje é uma inversão radical no campo da economia política da representação. As mulheres aprenderam o poder das representações e, cada vez mais perto do poder, passaram a representar”.

Um dos quesitos primordiais a ser considerado como reforçador da posição machista é a educação tradicional familiar, dessa forma, a moral e os valores éticos são introjetados e passados aos membros da família. Apesar de o mundo contemporâneo estar em amplo debate acerca da diversidade/pluralidade de pensamentos e opiniões favorecendo a diminuição da desigualdade social, existe uma forte tradição de costumes de “superioridade” masculina que são repassados na primeira infância.

No entanto, com todos esses horizontes de reelaboração de nossa tradição cultural, ainda visualizamos nitidamente os preconceitos que se estabelecem acerca da mulher, em que o homem assume papel de provedor e é o responsável pela segurança e pelo bem-estar de sua família – família esta da qual é o chefe, dono, ou uma espécie de divindade. Toda essa educação patriarcal, em que homens e mulheres perpetuam e reproduzem esses conhecimentos e comportamentos, vem através de padrões culturais patriarcais (CORTES et. al., 2015, p. 2).

Pensando nessa desconstrução, a ONU Mulheres em parceria com o Papo de Homem e O Boticário elaboraram um documentário "Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela igualdade de gênero" (2016). Esse documentário vem discutir sobre a participação dos homens na luta contra o machismo e reconhecimento do feminismo através de estratégias do dia a dia que ajudam homens e mulheres a se desfazerem de pequenas atitudes que geram comportamentos machistas, trazendo à tona a importância da participação e apoio masculino como importante aliado na não reprodução do machismo.

Para Marcos Nascimento, pesquisador e professor, "Se os homens são parte do problema, eles também devem ser parte da solução (ONU, 2016)". Soares (2016) discute a

⁹ Termo psicanalítico que refere-se à representações psíquicas (JÚNIOR, 2001).

importância de dispositivos audiovisuais e chamadas públicas, para ambos os gêneros homens e mulheres, a fim de trazer à tona a participação e debate acerca da opressão nos dias atuais, a fim de mudar a visão acerca do protagonismo social, que conforme a autora, ainda é predominantemente masculino.

Pondé (2017) discorda da opinião de que a “emancipação” da mulher possa trazer benefícios para ambos os gêneros, pois acredita que à medida que o homem também buscar essa emancipação e tornar-se mais reflexivo, poderá causar um efeito devastador de âmbito social, causando perdas de âmbito social, profissional e familiar.

A opinião do psicanalista demonstra o efeito da quebra de paradigmas antigamente aceitos e impostos à mulher como uma condição de gênero. Segundo a sua linha de pensamento, Pondé (2017) faz a comparação entre a histeria e a emancipação feminina, ressaltando ainda sobre o feminismo na vida dos homens, como uma característica de perda de identidade e “afrouxamento” e ainda “insegurança” masculina.

A emancipação feminina e a histeria (que não são necessariamente a mesma coisa) como laço social obrigaram ao homem a se “mexer”. Ele agora é obrigado a assumir vocabulários subjetivos (em homenagem a moçada que curte o Richard Rorty), antes privilégio (ou maldição) do mundo feminino. O homem evoluiu (sim, sou darwinista) num ambiente mais objetivo de caça, mais violento, com menos possibilidade de conversa. Daí ele ser, na maioria dos casos, mais silencioso e travado. As meninas terão que se esforçar um pouco mais para conseguir um espécime que ache que elas valem algum investimento. Afora aqueles que simplesmente ficarão meio “frouxinhos”, sem saber se aderem ou não à moda trans, querendo ser mais feministas do que a pior das feministas (não tem coisa mais chata do que homem feminista...), incapazes de tomar alguma atitude, inseguros, que tremem diante da possibilidade de que alguém os chame de “machistas”, tem também os babacas de sempre que ainda não entenderam que as meninas estão mais bravas hoje em dia (s.p.).

O psicanalista conclui seu pensamento afirmando que a mulher do século XXI que quiser um homem inteligente, deverá parar de apontá-lo como opressor, acalmado os ânimos, de modo que haja menos histeria e mais generosidade (PONDÉ, 2017), de modo que não vê o feminismo como vantagem na vida dos homens, tampouco para as mulheres, pois estas sofrerão as consequências de suas ações ao se relacionarem com o sexo oposto.

Márcia Tiburi (2010) afirma que a masculinidade está embasada na violência em contraposição às novas “formas de ser mulher” a qual ela chama de histeria masculina, revelando que o masculino ainda está atrelado à condições de gênero. Esse sentimento de

contraposição, trago pelo masculinismo provoca nos homens uma queixa que sinaliza a própria fragilidade do homem participante deste movimento.

A autora aposta na necessidade de um desmonte e análise de autorreflexão para a nova identidade masculina, sendo que esta, rejeita as novas formas femininas, sem se darem conta que ao fazerem isso, escondem sua própria fragilidade, passando o feminismo a ser então um caminho de elucidação para a construção de autoconsciência do que é ser homem.

4.3 Aborto, soberania e mudez das mulheres (Ver anexo B).

Mulher; Corpo; Aborto; Poder; Soberania (Ver Apêndice B).

No Brasil, o aborto é considerado crime contra a vida humana pelo Código Penal Brasileiro (*artigos 124 a 128 do CPB*), salvando-se três exceções: quando a mãe ou a criança correm risco de vida, gravidez por estupro ou criança anencefálica¹⁰. A pena para tal crime pode ser de até dez anos de reclusão a depender da tipificação do crime. Márcia Tiburi ressalta o protagonismo de tal discussão prevalente no meio masculino, os quais “*nunca irão parir, jamais serão mães e não abortarão*” (2007, s.p). Nessa fala, a autora tende a se referir sobre a prevalência da autoridade masculina ao debater sobre o assunto, não excluindo ou desvalorizando a participação, mas criticando a soberania em apontar a mulher como criminosa, esquecendo os múltiplos fatores que levam a mulher a tal procedimento.

A filósofa ressalta a soberania da lei e da moral diante do assunto, de modo que as mulheres sintam-se prisioneiras do próprio corpo e culpadas, na qual há ausência de democracia, pois reprime a mulher de decidir e usar o próprio corpo. Essa repressão leva aos inúmeros abortos clandestinos em clínicas pelo país. A escritora ainda ressalta que a soberania de discriminação e patriarcalismo leva a mulher a exercer seus direitos na clandestinidade.

Sobre a mudez, a autora destaca que a falta de voz feminina na sociedade é de herança histórica, causada pela submissão e relevância do papel social masculino, haja vista que a mudança desses costumes é vista como insuportável. Tiburi (2007) afirma que a participação da fala feminina causa medo na superioridade masculina, de modo que sejam, amparadas pelo sistema jurídico, causando mudanças sociais.

A participação das mulheres perante questões que causam desconforto nas tradições sociais, se deve ao fato de que além do incômodo da participação do feminino na tomada de

¹⁰ A anencefalia é uma malformação congênita originada de uma neurulação anormal, durante o primeiro mês de gestação, resultando na ausência de fusão das pregas neurais e da formação do tubo neural na região do encéfalo” (ALBERTO, 2010).

decisões, entra em cena a subjetividade feminina, a qual fora retomada como condição de sujeito, que possui heterogeneidade de pensamento, práticas e discursos, levando o meio social a reconhecer o sujeito mulher como categoria que diverge (COSTA, 2002).

O que está simplesmente sendo colocado é, em primeiro lugar, que a “mulher” é uma categoria histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos, e sobre as quais o movimento das mulheres se fundamenta [...]. Dado o contexto conjuntural que acompanha certas exigências políticas, essa categoria é (e deveria continuar sendo) utilizada para articular as mulheres politicamente, reconhecendo-se, contudo, suas temporalidades e densidades divergentes (p. 71).

Vale ressaltar que a ausência de valorização da fala da mulher nas questões abortivas está regida a não somente um código de leis, mas também moral e ético. Logo, a flexibilização da moral e da ética, quando o aborto é acometido de estupro, anencefalia e risco de vida, abrindo exceções que conforme o Estado, a mulher possui seu direito democrático de agir sobre o próprio corpo, com o amparo legal, tornando-a vítima e não criminosa, mesmo ainda estando dentro dos parâmetros julgados pelo estado como “atentado à vida humana”.

A permeabilidade dos direitos morais permite sua transposição para a linguagem das liberdades individuais, fornecendo subsídios interpretativos para que os mesmos sejam reconhecidos na qualidade de direitos legais constitucionalmente garantidos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2016, p. 31).

As afirmativas acima permitem interpretar que a soberania política intervém contra a minoria política de representatividade dos direitos das mulheres, pois, suas suposições de atentado à vida humana são flexibilizadas conforme os interesses estatais e não individual das mulheres. Portanto, os (...) estados democráticos devem assumir responsabilidade de legislar para uma sociedade diversa e plural em que o político não deve ser influenciado por quaisquer crenças (...) (CAVALCANTE; XAVIER, 2008, p. 707).

O cerne da interpretação consiste em justificar o exercício da autoridade coativa do Estado, levando-se em consideração as visões das minorias políticas. Trata-se de demonstrar os fundamentos por meio dos quais as leis conferem legitimidade à coação governamental (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2016, p. 31).

Para Tiburi (2007), o poder dos homens para com as mulheres em decidir pela vida maternal ou interrompê-la, é o que assusta as mentalidades arcaicas, pois, a partir deste momento, a soberania estaria dividida para ambos os sexos. Assim, “assume-se que a mulher disposta ao procedimento abortivo está admitindo o reconhecimento de sua capacidade de compreensão individual acerca das consequências da interrupção voluntária da gravidez em sua vida nos aspectos globais” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2016, p. 33).

No ano de 2012, a ONU abriu debate contra às ações do poder executivo no governo Dilma Rousseff, para dados alarmantes sobre o aborto clandestino. A crítica se deu por conta da morte de cerca de 200 mil mulheres por ano em situação de aborto inseguro, de forma que “pedem que o país supere suas diferenças políticas e de opinião para salvar essas vítimas” (CHADE, 2012). Em 2016, com o problema ainda persistente no Brasil, a ONU lançou um comunicado no Dia de Ação Global para o acesso ao aborto seguro e legal.

“A criminalização do aborto e a ausência de um acesso adequado aos serviços de interrupção de uma gravidez indesejada são formas de discriminação baseada no sexo. A legislação restritiva que nega o acesso ao aborto seguro é uma das formas mais prejudiciais de instrumentalizar os corpos das mulheres e uma grave violação dos direitos humanos das mulheres. As consequências para as mulheres são graves, com as mulheres às vezes pagando com suas vidas”, continua o comunicado (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016, *versão online*).

Impedir que a mulher tenha acesso ao aborto seguro e legal, é impedir o acesso à saúde, fator este, que consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, portanto, criminalizar o aborto é negligenciar o acesso a um direito fundamental à saúde da mulher, uma vez que o aborto no Brasil, tornou-se questão de saúde pública por causa do número crescente de mortes. Torres (2016) expõe que a promoção da criminalização do aborto e das medidas punitivas, além de estigmatizar afasta a mulher da assistência plena aos serviços de saúde.

É de importância e responsabilidade do estado promover políticas públicas que garantam o acesso integral à saúde da mulher, uma vez que a não garantia dessas medidas, culpabiliza o governo pelos altos índices de mortalidade feminina em detrimento do aborto criminalizado. Santos et. al (2013) afirmam que as “ações relacionadas à saúde da mulher, como o planejamento familiar, vinculadas à atenção primária, são parte das responsabilidades mínimas da gestão municipal”, conforme define a Norma Operacional da Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) (p. 495).

Santos et. al (2013) discute a influência da moralidade ainda vigente que colabora para a criminalização do aborto, pois se tem que a partir da concepção, a ação de abortamento é a tirada de uma vida. No entanto, esse paradoxo, também recai na culpabilização do moralismo de cunho religioso, uma vez que a submissão ao processo de abortamento também gera morte da mulher.

Se, por um lado, o cerne da argumentação gira em torno do fato do aborto clandestino e/ou inseguro, realizado em condições precárias, ser uma das maiores causas de morbimortalidade materna, relacionando-se, assim, à

defesa dos direitos humanos, por outro, a moralidade que advoga a manutenção de sua proibição justifica-se pelo princípio da sacralidade da vida, segundo a qual o início da existência ocorreria a partir da concepção e, portanto, quem aborta estaria tirando uma vida. Reflexo da moralidade religiosa ainda vigente, esta perspectiva é imposta à sociedade por intermédio de uma legislação que criminaliza o aborto, impedindo sua realização com segurança (p. 495).

Sobre a estigmatização do aborto, é necessário o debate entre profissionais no âmbito da saúde para quebra de paradigmas que concerne o estigma da maternidade. Sousa et. al (2013) afirma que a discriminação do aborto também mantida no meio institucional, através dos serviços de saúde que se negam a receber e atender mulheres que passaram por procedimento ilegal, demonstrando atitudes condenatórias e preconceituosas, estigmatizando a maternidade como o “sagrado” concebido à mulher.

Jesus, Jucá e Barbosa (2014) afirmam que a imposição ao papel feminino como cuidadora e sua naturalização com a maternidade, foi estigmatizado como fruto de um “instinto natural”, sendo, portanto, desconstruída por alguns teóricos que mostraram que o papel materno é “resultado de uma construção social que remonta a meados do século XVIII, com a afirmação dos valores burgueses” (s. p.).

A construção social acerca da maternidade tem caído em desuso, pois, conforme Beauvoir (1970) o “fato de ter tomado consciência de si e de poder libertar-se também do casamento pelo trabalho, a mulher não mais aceita a sujeição com docilidade” (p. 176). Friedan (1971) discute acerca do “mito da feminilidade” declarando que essa imposição foi fator decisivo na luta por igualdade nos papéis sociais, por conseguinte a própria essência feminina era deixada de lado, pois achava-se que a realização da mulher era através da “passividade sexual, da aceitação do domínio masculino e da maternidade” (p. 71.).

Azevedo; Arrais (2006 apud Jesus, Jucá e Barbosa, 2014) afirmam que a maternidade na contemporaneidade emerge sentimento de culpa e frustração e conflitos de identidade, pois as mulheres que se tornam mães estão coagidas a uma estrutura cultural que não permite a discussão e questionamento acerca da valores opostos à maternidade, da existência de sentimentos não maternos, sendo que a naturalização maternal passar a ser sacrifício.

Nesse contexto, têm-se que a imposição de papéis sociais ao gênero feminino vai além da opressão social do que se espera que uma mulher desempenhe, mostra, portanto o aspecto psicológico pautado na opressão/obrigação de existir para um fim a qual não cabe escolhas individuais, aprisionando a subjetividade e o direito da mulher contemporânea ao decidir sobre sua própria vida.

4.4 Quem tem medo de Simone de Beauvoir? (Ver anexo C).

Simone de Beauvoir; Gênero; Vitimização; Segundo Sexo; Cultura (Ver apêndice C).

A filósofa traz nesse artigo a relevância histórica para o movimento feminista, na qual Simone de Beauvoir (1908/1986) representou e ainda representa na desconstrução de gênero. Sobretudo no Brasil, o qual Tiburi afirma estar em atraso quanto a questões de gênero, nas quais destaca: renda salarial, legalização do aborto e desigualdade doméstica. Ressalta ainda que um dos fatores de maior contribuição para esse atraso é a educação brasileira que afeta negativamente na cultura e reflexão crítica.

O Brasil é atrasado e está afundando cada vez mais no obscurantismo no que tange ao tema gênero, sobretudo quando surgem fatos como a recente retirada da questão das metas da educação nacional. Raça e classe social também são assuntos que precisam ser mantidos longe para a manutenção da miséria da educação brasileira que contribui, por sua própria inanição, para uma cultura cada vez mais empobrecida no que se refere à reflexão que, na base de tudo, poderia orientar ações em outra direção (TIBURI, 2015, s.p).

Para isso, Márcia Tiburi (2015) convida a todos, militantes ou não do feminismo, bem como homens e mulheres para lerem as obras de Beauvoir. A autora aponta que para fazer o feminismo hoje em dia é necessário entender as formas de dominação não somente de gênero. O livro de Simone de Beauvoir traz à tona questões importantes acerca da naturalização de gênero, por consequente, a mulher nasce induzida à práticas culturais que levam à mulher a determinadas tarefas e escolhas de “caráter feminino”.

Seria melhor que as pessoas tratassem *O Segundo Sexo* como autoajuda ou até como bula de remédio, perdessem o medo de Simone de Beauvoir, e o lessem de uma vez em favor da cultura. Ele deveria ser lido não por feministas apenas, mas por mulheres, homens e todos as pessoas que, de um modo ou de outro, estão marcados pela questão de gênero, porque se trata de um livro básico, que nos ensina a pensar sobre as desigualdades e privilégios de gênero, aqueles que experimentamos como os mais naturais sem perceber como nos marcam (TIBURI, 2015, s.p.).

A marcante frase “ninguém nasce mulher, torna-se” foi o argumento de Beauvoir para afirmar as estereotípias que marcam as relações de gênero, na qual evoca a desigualdade histórica marcada pela falta de compreensão da subjetividade do indivíduo (TIBURI, 2015). Essa ideia marcou a segunda onda do feminismo ao afirmar a descaracterização da naturalização de gênero.

Para Tiburi (2015), Simone de Beauvoir não só criticou o patriarcado, como também a própria condição feminina explorando a vitimização de muitas mulheres que se utilizam da fragilidade para se protegerem do sexo oposto. A autora afirma que muitos “feminismos” se

utilizam dessa estratégia erroneamente, pois não percebem que desta forma admitem a soberania e força do homem, reforçando as bases do patriarcado, desta forma, o macho predomina e se utiliza de sua virilidade para obter dominação do mais fragilizado, a mulher.

O que se ganha é a manutenção do poder na mão de homens, mas não só, na mão de todos aqueles que pregam a moral-violência machista contra a qual devemos sustentar uma ético-política feminista que inclua todos as pessoas em um cenário de direitos e de respeito à singularidade para além de marcações (TIBURI, 2015, s.p).

Com essa visão, Beauvoir não quis afirmar que vítimas não são importantes ou não existem, apenas lembra que a vítima foi feita e é reproduzida dentro do patriarcado, por isso, não deve ser um pressuposto de ênfase na luta feminina. Em contrapartida, Beauvoir (1970) discute a importância de uma realidade histórica de visibilidade acerca de si mesma ao afirmar que “se a mulher se enxerga como o inessencial que nunca retorna ao essencial é porque não opera, ela própria, esse retorno” (p. 13).

Butler (2003) destaca que a crítica ao feminismo deve ter a compreensão acerca da categoria de mulheres, de maneira que o sujeito feminista é criado e reprimido dentro do mesmo sistema que luta pela emancipação e liberdade da mulher. Deste modo, percebe-se o envolvimento a este cenário movido pela sustentação da crítica ao patriarcado, o que poderia resultar na perda da noção do sujeito feminista ao enfatizar a importância da ênfase à opressão (p. 21).

Beauvoir (1970) destaca ainda a dificuldade de dispor de lado todos os valores e preconceitos, pois ao analisar situações, as interpretamos conforme nossos interesses individuais. No entanto, ao invés de nos dispormos a concordar ou não com os sentidos gramaticais das palavras, deve-se ater à análise do contexto de modo a estabelecer um interesse geral.

Com o pensamento acima, dá-se início à discussão dos papéis desempenhados por mulheres, a satisfação com que se tem de cada um deles, a forma como se concretizam, se foram ou não subordinadas a tais tarefas e às circunstâncias que ferem a liberdade feminina (BEAUVOIR, 1970).

Beauvoir (1970) pauta sua discussão sobre o que é ser “mulher” a partir da comparação entre sexos, de modo a elucidar o “outro sexo”, ou seja, trata a divisão dos sexos como algo biológico e não da história humana. Para justificar essa afirmação a autora traz elementos históricos que se perpetuaram por séculos como elementos de subordinação,

transformando a mulher no “outro sexo”, permitindo ao masculino, a soberania, mesmo o “outro” não sendo representado em menor número, como o são as minorias.

4.5 O Movimento Feminista No Atual Cenário Político

Márcia Tiburi (2016) concorda que a chegada ao poder de uma representante mulher, constituiu em um marco importante de conquista feminina para o país. No entanto, a destituição da representante feminina pelo acontecimento político do *impeachment*,¹¹ foi motivado pela reação machista de caráter misógino¹², pelo desconforto do sexo feminino como líder do cargo mais alto de uma nação. Tiburi atribui a conotação de misoginia ao machismo estrutural que ao ser posto em prática impede ações democráticas de transformações sociais, petrificando-as.

Em contrapartida, Nogueira (2016) demonstra postura parcial ao discutir a importância do movimento feminista, mas critica a falácia de misoginia como principal aspecto motivador do *impeachment*, de forma que discute a transferência de culpa para cima dos homens, desonrando o movimento e reforçando a briga na política entre gênero e sexo.

Nogueira (2016) ressalta que tal ação desonra a causa e impede com que a realidade seja vista, distorcendo-a. Afirma ainda que esta visão converte em passividade o gênero feminino, fometando a política como uma briga de gêneros, de modo que faltam explicações para a realidade brasileira. A posição do autor retoma o discurso pela característica de contraposição masculina à discursos femininos.

Entende-se que a luta entre binarismo homem-mulher provém de um processo histórico de opressão e também ressentimento pelas vítimas, visto que características ainda repercutem no meio sociocultural, instigando portanto argumentos de ordem partidaristas.

O fato de a sociedade contemporânea ser cada vez mais disjuntiva (conflituosa, contraditória, sem nenhuma cura possível) em sua operação, faz com que o movimento de nossa História tenda cada vez mais ao conflito e jamais a um “mundo de paz e igualdade”, como falam os idiotas do bem. Estamos mais no âmbito do *agon* grego (conflito, agonia) do que do messianismo barato que sustenta o marxismo hegeliano (PONDÉ, 2014, s. p.).

Denota-se que a luta binarista homem-mulher, se dá também no campo ideológico, mostrando a tendência feminina em defender o feminismo e o homem rebatendo as posições

¹¹ Processo pelo qual configura crime de responsabilidade, por meio de denúncia, ao um alto cargo do Poder Executivo. Está previsto pela Lei Nº 1.079, de 10 de Abril de 1950.

¹² [...] a misoginia é o discurso de ódio contra as mulheres [...] (TIBURI, 2016).

defendidas por mulheres. Evidencia-se, sobretudo neste trabalho, pois não há posicionamento desfavorável feminino contra o movimento em questão. Este posicionamento revela a realidade acerca do debate no meio acadêmico científico do Brasil, dualizando a favor do feminismo a filósofa Márcia Tiburi e, contra, o filósofo e escritor Pondé.

Acerca do debate acima, percebe-se que ainda há discussão de contraposicionamentos geradas por valores morais fixos, estabilizados, fechando o diálogo para ambos os gêneros. Levando-se em consideração que nas áreas humanas/sociais, em especial na psicologia, há frequente discussão da identidade do sujeito pós-moderno, pode-se aferir que o mundo contemporâneo vem passando pela disjunção e conflitos de ideologias anteriormente sustentadas, assim como na identidade feminina.

Hall (2006) afirma que as velhas identidades, antes sólidas, estabilizadas, estão em declínio no mundo contemporâneo. Fragmentadas, o autor chama esse processo de “crise de identidade” em virtude das estruturas anteriormente fixas, pois passam a abalar as referências que davam subsídio aos indivíduos, descentralizando essa identidade e desequilibrando o meio social

Essa perspectiva foi recentemente comentada em um documentário lançado pela empresa global de séries televisivas, Netflix. *The mask You live in* (A máscara que você vive - tradução livre) que estreou em 2015, abordando a perspectiva do sofrimento psíquico vivido por garotos que são expostos à educação machista nos Estados Unidos. O Brasil não se encontra em uma realidade distante da dos norte americanos, pois tende a adaptar sua sociedade para os padrões ocidentais, a fim de manter relações amigáveis entre os países (DUNGIN; CARVALHO, 2012).

Olhando dentro do movimento feminista, pode-se denotar que sua gênese trouxe o questionamento do que é ser mulher, trazendo, portanto, crise à identidade feminina construída pelo patriarcado. A partir do momento que a mulher passou a ter autonomia política e social, começou a moldar sua própria identidade de forma autônoma, o que também trouxe crise à identidade masculina, uma vez que fora construída em negação à identidade feminina, ou seja, tudo o que é masculino é uma reação adversa ao que é feminino (NETFLIX, 2015).

A doutora Caroline Heldman, uma das convidadas para discursar no documentário como cientista política e educadora, afirma que “a masculinidade não é orgânica, é reativa. Não é algo que se desenvolve sozinha. É a rejeição a tudo que é feminino” (NETFLIX, 2015).

Pela perspectiva acima, denota-se que o feminino é visto como oposição às práticas masculinas. Essas práticas foram por anos o que dividiu o que é ser homem, o que é ser mulher. Tem-se então que as ações de oposição patriarcal abaladas pelo discurso feminista provocam incômodo em todas as esferas sociais por produzir ações de contraposição à identidade feminina anteriormente construída em oposição ao masculino, tornando-se, portanto, um ciclo de práticas retroalimentadoras.

Pondé (2017) afirma que o feminismo causa o “afrouxamento” do homem, demonstrando assim o quanto o discurso feminista pela emancipação causa insegurança e reatividade ao “macho”, uma vez que ao determinar que há um “afrouxamento” denota que este homem na verdade rompe com o padrão de identidade dominante masculina para então permitir-se vivenciar aspectos subjetivos antes determinados apenas ao feminino.

Hall (2006) reafirma que uma mudança estrutural está ocorrendo com o advento da contemporaneidade, de maneira que as identidades culturais estão entrando em declínio desde o final do século XX. Essas transformações advindas da contemporaneidade abalam a ideia de um gênero feminino que, antes, era integral e com características sólidas de identidade, descentralizando da localização social de sujeito passivo, sensível.

Mercer (1990 apud Hall, 2006) afirma ainda que a identidade somente pode ser questionada quando está em crise, pois o que era antes fixo, estável, imutável passa a estar agora fora de lugar, ao alcance do processo de dúvida e incerteza. Ora, se vivemos a era da crise de identidade, supõe-se que ambas as identidades masculinas e femininas anteriormente fixas, estão em declínio e questionamento, gerando dúvidas do que pode passar a constituir essa nova identidade no mundo contemporâneo.

Jung (1875-1961) descreveu em sua teoria os arquétipos de Ânimus e Ânima, os quais considera energias psíquicas de homens e mulheres inter-relacionados, sobre o qual ele demonstra que inconscientemente o homem possui uma parte de energia psíquica feminina em si, e que a mulher também possui uma parte masculina dessa energia psíquica. Esse debate se mostra ainda atual, devido à mudança de papéis de homens e mulheres sofridos ao longo dos tempos; conforme Jung, ambas as forças psíquicas masculinas e femininas estão nos indivíduos de modo indissociável, uma vez que perante o contexto de vida, uma dessas forças pode prevalecer mais que a outra.

Através da teoria de arquétipos de Jung (1875-1961) pode-se denotar que já houve a tentativa, na Psicologia, de desassociar características de personalidade relativas à gênero. *The mask you live in* (2015) é hoje uma empreitada que contesta o modo como a educação pode

moldar a identidade do indivíduo de modo que o mesmo não tenha que moldá-la de forma reativa ao feminino. No passado mulheres eram oprimidas por serem consideradas sexo frágil ou como Simone de Beauvoir (1970) diria - o segundo sexo.

Atualmente, com a ascensão da afirmação da identidade feminina - por elas mesmas - entra em declínio a identidade masculina, perpetuada por tanto tempo, como sendo o oposto ao feminino. Se antes as mulheres eram oprimidas pelo machismo, hoje o próprio machismo se oprime ao tentar afirmar uma identidade opressora, em declínio, que causa desconforto e reações adversas ao movimento feminista, culpabilizando-o através de discursos de ordem sexista.

Tiburi (2010) faz um chamamento aos homens da atualidade para que possam repensar sua própria identidade através do processo de construção do movimento feminista, sendo portanto que as mulheres já trilharam esse caminho. A filósofa afirma que o movimento feminista é hoje um “espelho” para a autorreflexão masculina acerca de sua própria construção social como homem, de modo que possam entender às novas configurações de gênero, desmontando-se das polaridades dos sexos.

A discussão entre polaridades de gênero e sexo, homem-mulher, esquerda e direita tem motivado reações de incômodo e crescente conflito, pois se denota que o indivíduo deve direcionar-se a um objeto destas polaridades, pois caracteriza um sujeito que possui opinião, atitude e assume uma posição em determinado grupo social, a qual o historiador Karnal (2016) define que são polaridades burras pois reforçam contingentes que não permitem resolução. Os aspectos polarizantes vão de acordo à necessidade subjetiva do indivíduo identificar-se e relacionar-se. No entanto, as necessidades individuais se moldam conforme o percurso histórico-cultural, sendo, portanto, o indivíduo fruto do meio onde vive.

Coimbra (2009) traz à relação da Psicologia e política como um instrumento do saber que intervém nas relações e nos efeitos produzidos através desse encontro de polaridades. Expõe que ao entendermos o sujeito como produto histórico em contínua mudança e troca, as ideias não se oporão, mas se completarão, rompendo com o modelo positivista hegemônico.

A autora perpetua o pensamento acima afirmando que essas polaridades não se excluem, não se separam, mais ao contrário atravessam-se e trocam entre si os efeitos. “Articular Psicologia e Política produz uma série de outros efeitos, como a clareza de que nossas práticas não são neutras, elas produzem efeitos poderosíssimos no mundo; são, portanto, políticas” (p. 9-10).

Tiburi (2010) afirma que historicamente o movimento foi e é uma revolução, cujos resultados merecem ainda ser analisados, no entanto é imprescindível perceber o enfraquecimento de seus efeitos na atualidade, independentemente de sua aceitação social, pois foi através do conjunto de métodos e procedimentos que a mulher do século XXI não é um sujeito subalterno ao homem.

Ao afirmar um enfraquecimento, a autora traz a discussão sobre a aceitação do movimento nos dias atuais, pois sendo um movimento que já alcançou os direitos militados no passado, pressupõe-se na atualidade que não há necessidade de se militar o qual preconiza o afastamento e o interesse das mulheres para com o feminismo.

Para a Psicologia, entender o contexto ao qual a mulher feminista está incorporada é, portanto, objeto de estudo para intervenção social, já que o profissional tem que entender a mulher como sujeito político, como ela age e reproduz a realidade a qual está inserida e de que forma suas ações modificam esse meio.

A discussão pautada no binarismo homem-mulher, machismo-feminismo molda a percepção de como as pessoas veem e agem no mundo, ou seja, a forma com que essa dinâmica relacional acontece impacta de forma direta na cultura e na construção da identidade do sujeito e nas relações que ele estabelece. Esta mesma dinâmica afeta o trabalho do profissional de psicologia que se vê imerso em contextos variados onde a psicologia, como ciência e profissão intervém, sendo, portanto, a primazia do objeto de estudo da psicologia.

O contexto relacional do sujeito imerso na binaridade perpassa desde a tradicional atuação na clínica, como por exemplo atendimento de famílias, casais, até mesmo na orientação vocacional, trazendo como demanda profissões que foram perpetuadas por características de força bruta, relacionadas a homem e afazeres domésticos relacionados à mulher.

Em uma instância judicial, o profissional de psicologia poderá se deparar com casos de violência doméstica, por apresentar uma maioria de homens que cometem diversas formas de violência para dominar suas companheiras, ou em casos de ação de divórcio que apresentam uma maioria de decisões a favor da criança para morar com a mãe, caracterizando-a como figura de maior referência e participação na vida de um filho.

Na atuação social, em um dispositivo da política de assistência social, o profissional também poderá deparar-se com histórias frequentes relacionadas a mães solteiras, as quais necessitam inserir-se em uma dupla jornada de trabalho para conseguirem manter e sustentar a família sem qualquer ajuda e assistência do companheiro, caracterizando, portanto, uma

cultura baseada na sustentação da figura materna e o afastamento e negligência da figura paterna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em consideração a trajetória histórica do movimento feminista, pode-se aferir que o ímpeto para criação e organização do movimento pela busca de direitos, instaurou-se a partir de um contexto de conflito político, tendo como exemplo, o início do movimento – em sua primeira onda - que ascendeu fomentado pela então revolução francesa.

Através destes períodos de conflito e mudanças no cenário político, denota-se a incorporação de elementos e características subjetivas desse ambiente no sujeito, fazendo surgir o sentimento de participação política por parte das mulheres, de modo que ao engajarem-se em grupos organizados, passam a criticar e questionar a realidade em que vivem.

Vale ressaltar que o movimento feminista é um desdobramento da tentativa de se criar ideias de identidade, um problema ainda não resolvido – visto que antes, as características de identidade feminina apresentavam-se sólidas e forneciam subsídios de sujeitos sociais –, e, atualmente, Hall (2006) afirma que a ideia de sujeito integrado está abalada pela falta de referências sólidas anteriormente construídas, causando, portanto, a perda de “si”.

A Psicologia Social pauta sua contribuição à medida que o sujeito se relaciona e de que formas se dão essas relações no ambiente social, levando-se em consideração que esse sujeito se transforma e é moldado pelo meio. Nessa perspectiva, tem-se que a mulher antes atrelada a unicamente fazeres domésticos, passou por períodos históricos em conflito que possibilitaram a ela, refletir sobre suas próprias condições de sujeito e, portanto, mudare a realidade que a cercava, através da “perda de referência” de si mesma.

Para Coimbra (2009) o sujeito passa a entender o produto do meio como um processo histórico, se entender que processo advém de práticas culturais, de modo que a atual configuração socioeconômica mundial produz verdades absolutas, desqualificando os demais saberes. Se o indivíduo passa a analisar suas práticas cotidianas, poderá desfazer-se dos binarismos, dicotomias e exclusões.

Assim sendo, pode-se aferir que os principais impactos políticos encontrados nas obras de Márcia Tiburi são: emancipação feminina, representatividade e participação política na garantia de direitos – especialmente revelados através da temática abortiva, sendo, portanto, elemento de não conquista de direito da mulher no Brasil -, e a valorização da crítica às culturas patriarcais que permeiam o sistema democrático, impedindo-o de avançar e perpetuar-se à população. Tem-se que a influência de Márcia Tiburi abrange não somente o

meio literário, mas também através de participações em eventos – muitos deles, diretamente ligados a Psicologia – ao redor do Brasil como palestrante e, também, participações midiáticas que reforçam seus escritos.

Evidencia-se também os aspectos psicológicos, assim como seu alcance sobre o território nacional, levando-se em consideração que a autora possui um público de mais de cinquenta mil seguidores nas redes sociais, além de milhares de leitores da Revista Cult – 35 mil assinantes, conforme Carvalho et. al (2015). Estes temas perpassam as disciplinas humanas, dialogando não somente com a psicologia, mas também com a filosofia e estudos sociais, nas quais são impactados pelo discurso de Márcia Tiburi, esta pesquisa identificou a desconstrução de gênero, o “não se nasce mulher, torna-se” trazido pela escritora Simone de Beauvoir e reforçado por Márcia Tiburi, abrangendo o olhar para o desmonte de práticas que foram por tanto tempo aliadas ao gênero e sexo.

Este desmonte de gênero feminino é evidenciado também pela discussão pautada pela identidade masculina ser “a rejeição a tudo que é feminino” amplamente discutido pelo documentário da Netflix (2015) e que encontra eco em toda a produção de Tiburi, abrindo, portanto, espaço de reflexão e crítica para a liberdade de exercer práticas coniventes ao indivíduo e não ao sexo biológico, trazendo o sentimento de igualdade através da prática livre de ações que independem de gênero.

Almeida, Silva e Corrêa (2012) contextualizam a igualdade como um conceito que trabalha na perspectiva não somente da ausência das diferenças, mas no reconhecimento de que as diferenças existem, no entanto, caberá ao indivíduo dar ou não atenção à ela. A igualdade e a liberdade feminina são elementos ainda questionados por Márcia Tiburi, pois ela acredita que os valores morais se encontram ainda pouco flexíveis socialmente, impedindo com que de fato haja a total igualdade de sexos. Nesse quesito, a filósofa elucida impactos do feminismo sofridos na política, os quais atrapalham o envolvimento da mulher nesta seara, o que acaba por se arrastar temas que, em países centrais, já foram solucionados, como a criminalização do aborto no Brasil.

Desta maneira pode-se afirmar que os pressupostos mencionados acima estão inter-relacionados, de modo que o impacto em um, afeta o outro, gerando um desencadeamento de fatores que impedem a mulher de exercer plenamente seu papel social e, portanto, individual. Nessa perspectiva, denota-se que somente desconstruindo-se padrões, valores e práticas rígidas, pode-se voltar o olhar para o presente e, portanto, modificá-lo. Márcia Tiburi, através do projeto “#partida”, oferece espaço de discussão política para que as mulheres tenham a

oportunidade de se expressarem politicamente e, desta forma, possam repensar suas identidades. Este é também, em sùmula, um dos papeis da Psicologia, tendo em vista que todo ato político contem elementos de subjetividade.

O ideal de igualdade e não discriminação de gênero e sexo elucidados nas narrativas de Márcia Tiburi constitui em uma tentativa de políticas de afirmação que se utilizam de estratégias de ordem pedagógica (livros, debates, redes sociais), psicológica (empoderamento feminino, liberdade de expressão) e cultural (promoção de participação através do #partidA). Para Almeida, Silva e Corrêa (2012) essas estratégias promovem a desconstrução da ideia de soberania de um gênero sobre o outro, ou seja, do homem para com a mulher.

A Psicologia Social/Comunitária pode contribuir na desconstrução dos valores rígidos que impedem o avanço da melhoria de vida tanto das mulheres, quanto dos demais cidadãos que se sintam desassistidos e, portanto, passivos ao sistema sociopolítico. Lane (2006) propõe que “a consciência de si poderá alterar a identidade social”, pois através da tomada de consciência, as relações de dominação ficarão evidentes aos indivíduos, podendo romper com o ciclo de reprodução de dominação, tornando o sujeito um agente de mudanças sociais.

Em relação aos contrapositionamentos encontrados ao longo das análises, pode-se afirmar que de fato há uma contestação ideológica dos efeitos do movimento feminista. Para Tiburi (2010) o feminismo é “um espelho para a reflexão identitária do homem”, enquanto que para Pondé (2017) o movimento feminista na vida do homem representa uma perda de identidade para o homem, pois causa o “afrouxamento”, a “afeminação”.

Assumir que a mulher é o novo espelho do homem é estreitar laços com o patriarcado e romper com o pensamento dominante no Ocidente: é afirmar que as “verdades” que foram criadas e passadas no controle da educação e prática social, estão em decadência e, a partir de agora, fazem parte de um passado, produto de um processo histórico que não mais compactua com a realidade e necessidade feminina da mulher contemporânea.

Coimbra (2009) afirma que a Psicologia pode ser usada como instrumento no processo de desconstrução dessas verdades no mundo, de modo à ressignificá-las aos indivíduos envolvidos no processo e vê-las como temporárias, provisórias, como produções históricas passíveis de mudança conforme as necessidades vigentes. Assim sendo, pode-se confirmar que a Psicologia dialoga diretamente com a política ao lidar com o sujeito que está inserido em um contexto político, denotando, portanto, a relevância deste trabalho em trazer esta discussão para dentro da academia.

É importante destacar que, muito embora a política possa parecer algo distante da Psicologia, uma é diametralmente próxima da outra. Neste sentido, a Psicologia Política se apresenta também como uma proposta para constituir um estudo de aprofundamento da realidade crítica do indivíduo, pautando o enfoque na realidade política do sujeito (ALMEIDA; SILVA; CORRÊA, 2012). Mesmo sendo uma disciplina contrária ao campo da Psicologia Social, acredita-se que há contribuição de ambos os campos para trabalhar a autonomia das mulheres, que veem no movimento feminista, uma oportunidade de liberdade de expressão da subjetividade e construção da identidade.

A dificuldade de se pautar uma descrição sólida contemporânea acerca da identidade da mulher através do discurso feminista, está na amplitude de mudanças e conflito de opiniões nos processos sociais que o país se encontra. Pode-se afirmar neste trabalho que o discurso feminista de Márcia Tiburi rechaça a estrutura patriarcal, pois causa incômodo e reações de oposição, além de emponderar o feminino – o que impacta na dimensão psicológica das mulheres. Em verdade, esse discurso se manteve vivo por tantos anos e perpassa toda uma geração marcada por conquistas e espaço, bem como a autonomia e representação social da mulher.

Através da pesquisa deste trabalho, pode-se denotar uma falta de estudos científicos elaborados e voltados à temática masculina. Denota-se portanto, que a figura masculina é costumeiramente associada a estudos relacionados a machismo e demais referências negativas a imagem do homem. Se o feminismo se apresenta hoje como uma proposta de diálogo e desconstrução acerca do machismo, é válido voltar os olhares em uma proposta de inserção do olhar sobre o homem, sua identidade, subjetividade, relações interpessoais e aspectos culturais que interferem na sua relação com o mundo e com o sexo oposto.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **Cidade de Deus** – Parte I, Editora Vozes. 2012. Petrópolis. 1ª edição.
- ALBERTO, Miryan Vilia Lança. et al. **Anencefalia**: causas de uma malformação congênita. Revista de Neurociência, São Paulo, n. 18, mar. 2010.
- ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SILVA, Alessandro Soares da; CORRÊA, Felipe (orgs). **Psicologia Política**: debates e embates de um campo interdisciplinar. Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP. 247 p. São Paulo, 2012.
- ALVES, Ana Carla Farias. ALVES, Ana Karina da Silva. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social 29 a 31 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi.
- AZEVÊDO, Adriano Valério dos Santos. **A Psicologia social, comunitária e social comunitária**: definições dos objetos de estudo. Psicologia & foco. Aracaju, Vol. 3 (2), 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARSTED, Leila de A. L. **Legalização e descriminalização**: 10 anos de luta feminista. Texto apresentado no Seminário Nacional Realidade do Aborto no Brasil. Revista Estudos Feministas, nº 0/92. São Paulo. 1991.
- BAZZANELLA, S. L; BORGUEZAN, D. **Resenha: Mística Feminina**: O livro que inspirou a revolta das mulheres americanas. Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 28, n. 1 – Jan./Jun. 2015 – ISSN online 1981-3082.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1970.
- BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. **Poder, cidadania e desenvolvimento no estado democrático de direito**. XXIV Congresso nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA. 2015.
- BRASIL. Lei 103.14, de 9 de março de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso 13 de abril de 2017.
- BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1079.htm. Acesso em 17 de abril de 2017.
- BURIGO, Joanna. **Feminismo é ideologia?** Carta Capital, abril de 2016. Disponível <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/feminismo-e-ideologia>. Acesso em 17 de abril de 2017.
- BUTLER, Judith. P. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

- CANCIAN, Renato. **Feminismo**: Movimento surgiu na Revolução Francesa. Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação. 07/10/2008.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados 17 (49), 2003. São Paulo.
- CARVALHO, Beatriz Guimarães de; PINTO, Isabela Rodrigues; NERI, Nathalia Nasser; CARRIEL, Paula Proença; ANDRADE, Rafaela Rodrigues de; ROSA, Márcia Eliane. **Jornalismo Cultural e Mercado Editorial: uma análise sobre a revista Cult**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro - RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1556-1.pdf>. Acesso em 21 de junho de 2017.
- CAVALCANTE, Alcilene; XAVIER, Dulce (orgs.). **Aborto**: uma visão humanística. Em defesa da vida: aborto e direitos humanos. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(2): 691-713, maio-agosto/2008.
- CAVALHEIRO, Douglas André Gonçalves. **O indivíduo e a crise da modernidade**. Departamento de História - UFRN. Disponível <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT48/O%20Indiv%EDduo%20e%20a%20Crise%20da%20Modernidade.pdf>. Acesso em 17 de abril de 2017.
- CHADE, Jamil. **ONU critica legislação brasileira e cobra país por mortes em abortos de risco**. Jornal O Estadão - Política, 2012. Disponível <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,onu-critica-legislacao-brasileira-e-cobra-pais-por-mortes-em-abortos-de-risco,837316>. Acesso em 15 de abril de 2017.
- COIMBRA, Cecília Maria B. **Psicologia e política**: a produção de verdades competentes. Sem ano. Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto67.pdf. Acesso 13 de abril de 2017.
- Conselho Federal de Psicologia. **Aborto e (Não) Desejo de Maternidade (s)**: questões para a Psicologia. ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (orgs). 178 p. Brasília – CFP, 2016.
- CORTES, Janaina; SILVEIRA, Thiago; DICKEL, Flávio; NEUBAUER, Vanessa. **A educação machista e seu reflexo como forma de violência institucional**. XVII Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL XIV Seminário Interinstitucional; V Encontro Estadual de Formação de Professores; V Curso de Práticas Socioculturais Interdisciplinares e II Mostra de Trabalhos Científicos do PIBID “A Universidade e o Plano Nacional de Educação: tecendo redes de conhecimento na construção de uma educação para todos”. Unicruz - RS, 2015. Disponível <http://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20-%20ARTIGOS/A%20EDUCACAO%20MACHISTA%20E%20SEU%20REFLEXO%20COMO%20FORMA%20DE%20VIOLENCIA%20INSTITUCIONAL.PDF>. Acesso em 08 de março de 2017.
- COSTA, A.A; SARDENBERG, C. M. B. Organizadoras. O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas. UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. 411p.

DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R; ROSA, Francisco Heitor da. **A Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos**. Psicologia: Reflexão e Crítica, 2000, 13(3), pp.485-496.

DE LUCENA, M.. **Os debates do movimento feminista**: do movimento sufragista ao feminismo multicultural. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, Brasil, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/view/100>>. Data de acesso: 07 Ago. 2016.

DRUMONT, M.P. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Betty Friedan**: Morre a feminista que estremeceu a América. Rev. Estud. Fem. vol.14 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2006.

DUNGIN, Alexandre; CARVALHO, Olavo de. **Os EUA e a nova ordem mundial**: um debate entre Alexandre Dungen e Olavo de Carvalho. Vide editorial. p. 240, 2012.

FORTES, Isabel. **As categorias do sujeito na contemporaneidade**. Ágora (Rio de Janeiro), v. XVI, n. 2, jul/dez, 2013, 325-326.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique; LÉPINARD, Éléonore; VARIKAS, Eleni. **O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mulheres diversidade constitutiva das mulheres**. Féminisme(s) Penser la pluralité. Cahiers du Genre, n. 39. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(3): 819-841, setembro-dezembro/2006.

FRIEDAN, Betty. A mística feminina. Petrópolis: Vozes, 1971.

GABRIELLE, C.P. **Análise Crítica do Discurso e teoria Feminista**: Diálogos Frutíferos. UESC. Disponível em <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF>> Acesso em 11 de agosto de 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 207 p.

GOMES, Antonio Maspoli de Araujo. Psicologia comunitária: Uma abordagem conceitual. Psicologia: Teoria e prática. São Paulo, v 1(2) p. 71-79, 1999.

GREGOLIN, Maria do Rosario Valencise. **A análise do discurso**: conceitos e aplicações. Alfa, São Paulo, 39: 13-21, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 páginas.

HUMM, Maggie (1990). *The dictionary of feminist theory*. Columbus: Ohio State University Press. 278 páginas.

JESUS, J. G. **O protesto na festa**: política e carnavalesação nas paradas do orgulho LGBT (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Psicologia social e movimentos sociais**: uma revisão contextualizada. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 163-186, 2012.

JESUS, C. M. S; JUCÁ, V. J. S; BARBOSA, A. S. **Maternidade, sofrimento psíquico e redes sociais**. *Revista EPOS*, Rio de Janeiro. Vol 5, nº 5, jul-dez de 2014. Disponível <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epos/v5n2/06.pdf>. Acesso 15 de abril de 2017.

JÚNIOR, Nelson Ernesto Coelho. **A noção de objeto na psicanálise freudiana**. *Ágora* v. IV n. 2 jul/dez, p. 37-49, 2001.

KARNAL, Leandro. Entrevista concedida ao programa Roda Viva da TV Cultura em 04 de julho de 2016. Disponível http://tvcultura.com.br/videos/54607_roda-viva-leandro-karnal-04-07-2016.html. Acesso em 17 de abril de 2017.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. *Saúde Soc.* São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. — São Paulo: Brasiliense, 2006. — (Coleção primeiros passos; 39). Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/139985/mod_resource/content/1/O-que-%C3%A9-Psicologia-Social.pdf. Acesso 14 de abril de 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1999.

MILLETT, Kate. **Política sexual**. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1970.

MOITA, J. F. G. S. **Antifeminismo na luta pela emancipação das mulheres**: o FEMEN Brasil revisita o essencialismo. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Acesso em 31/08/2016. Disponível no http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385564303_ARQUIVO_JuliaFranciscaGomesSimoisMoita.pdf.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero**: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./Dez. 2006. Acesso em 11/08/2016. <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>.

NETFLIX. *The Mask You Live In*. Documentário exibido pela Netflix, Lançado no ano de 2015.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e Discurso do Gênero na psicologia Social**. *Psicologia & Sociedade: revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*". ISSN 0102-7182. 13:1 (2001) 107-128.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dilma, o feminismo e o machismo**. *O Estadão - Política*. Blog Marco Aurélio Nogueira - Política e Sociedade em tempos de turbulência, postado em 27 de julho de 2016. Disponível <http://politica.estadao.com.br/blogs/marco-aurelio-nogueira/dilma-o-feminismo-e-o-machismo/>. Acesso em 13 de abril de 2017.

OLIVEIRA, Letícia. **FEMEN**: revelando o sextremismo ucraniano. Liga Humanista Secular do Brasil. Notas Públicas. 2013. Disponível em: <http://notas.ligahumanista.org/2013/05/femen-revelando-o-sextremismo-craniano.html>. Acesso em: 10/10/2016.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de. CASSAB, Latif Antonia. **O movimento feminista**: algumas considerações bibliográficas. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014 GT10 - Teorias Feministas – Coord. Márcio Ferreira de Souza e Silvana Mariano.

ONU, Organização das Nações Unidas - **Precisamos falar com os homens?** Uma jornada pela igualdade de gênero. Documentário exibido pela ONU Mulheres em parceria com Papo de Homem e Grupo Boticário. 2016. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=jyKxmACaS5Q&feature=share>. Acesso em 15 de abril de 2017.

ONU, Organização das Nações Unidas - **'Aborto inseguro ainda está matando dezenas de milhares de mulheres'**, alertam especialistas da ONU, 2016. Disponível <https://nacoesunidas.org/aborto-inseguro-ainda-esta-matando-dezenas-de-milhares-de-mulheres-alertam-especialistas-da-onu/>. Acesso em 15 de abril de 2017.

ORNELAS, José. **Psicologia comunitária Origens, fundamentos e áreas de intervenção**. Análise Psicológica, v 3 p. 375-388, 1997.

PEREIRA, Ulliane de Amorim; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Movimento Femen**: geopolítica e neo-feminismo. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos: A AGB e a geografia brasileira no contexto das lutas sociais frente aos projetos hegemônicos. Vitória. 2014. Disponível em http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404680818_arquivo_ulliane_cbg_vitoria.pdf. Acesso em 31/08/2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Giselle. **Gênero, raça e pós-graduação**: um estudo sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2007. 31p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

PONDÉ, Luis Felipe. **A era do ressentimento**: uma agenda para o contemporâneo – São Paulo: LeYa, 2014. Disponível <https://pt.scribd.com/doc/274515008/A-era-do-ressentimento-Luiz-Felipe-Ponde-pdf>. Acesso em 15 de abril de 2017.

PONDÉ, Luis Felipe. **A conta do sofrimento masculino com a emancipação feminina chegou**. Jornal Folha de São Paulo. 2017. Disponível <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/luizfelipeponde/2017/01/1852234-a-conta-do-sofrimento-masculino-com-a-emancipacao-feminina-chegou.shtml>. Acesso em 15 de abril de 2017.

PRADO, et. al. **Os conceitos de saber, poder e discurso ideológico analisados segundo a teoria de Michel Foucault**. Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação. Ano 4. Edição 3. Março-Maio de 2011, São Paulo.

SANT'ANA, R.B. **A dimensão social na formação do sujeito na psicologia**. Memorandum, Belo Horizonte, 2007, 12, 125-142.

SANTOS, V. C; ANJOS, K. F; SOUZAS, R; EUGÊNIO, B. G. **Criminalização do aborto no Brasil e implicações à saúde pública**. Rev. bioét. (Impr.). 2013; 21 (3): 494-508.

SCRUTON, Roger. **Como ser um conservador** [recurso eletrônico] / Roger Scruton ; tradução Bruno Garschagen; Márcia Xavier de Brito. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.

SILVA, Janaína Vilares; CORGOZINHO, Juliana Pinto. **Atuação do psicólogo, suas/cras e psicologia social comunitária: possíveis articulações**. Psicologia & Sociedade. Palmas, v 23, p. 12-21, 2011.

SILVA, Sergio Gomes da. **Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos**. Psicol. cienc. prof. vol.20 no.3 Brasília Set. 2000.

SILVA, César Dario Mariano da. **Primeiras impressões sobre o feminicídio – Lei nº 13.104/2015**. MPSP, São Paulo. 2015. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/Artigos/Primeiras%20impress%C3%B5es%20sobre%20o%20femic%C3%ADdio.pdf Acesso em 12/08/2016.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. **Feminismo Radical: pensamento e movimento**. Revista Travessias –Educação, Cultura, Linguagem e Arte, v. 2, n. 3, 2008. http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_004/artigos/cultura/pdfs/FEMINISMO_RADICAL.pdf. Acesso em 11/08/2016.

SIQUEIRA, Carlos Eduardo; CASTRO, Hermano; ARAÚJO, Tânia Maria de. **A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal**. Ciênc. Saúde coletiva. Vol.8, no.4. São Paulo, 2003.

SOARES, Nana. **A difícil tarefa de unir homens e feminismo**. Jornal o Estadão. Versão Online. Publicado em 03 de novembro de 2016. Disponível <http://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/a-dificil-tarefa-de-unir-homens-e-feminismo/>. Acesso em 20 de março de 2017.

SOUSA, Sonielson Luciano. **Vamos falar da maldade?** Portal encena. A saúde mental em movimento, Palmas, 2013. Disponível <http://encenasaudemental.net/comportamento/insight/vamos-falar-da-maldade/>. Acesso em 17 de abril de 2017.

SOUSA, Sonielson Luciano. **Márcia Tiburi: O mito do sexo e a mudança no formato de conversação**. Portal Encena. A saúde mental em movimento, Palmas, 2016. Disponível <http://encenasaudemental.net/post-destaque/marcia-tiburi-o-mito-do-sexo-e-a-mudanca-no-formato-de-conversacao/>. Acesso em 17 de abril de 2017.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **O “lulismo” e o cenário político brasileiro**; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/o-lulismo-cenario-politico-brasileiro.htm>>. Acesso em 13 de abril de 2017.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TIBURI, Márcia. **Aborto, soberania e nudez das mulheres**. *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2607200709.htm>. Acesso em 06/10/2016.

TIBURI, Márcia. **Um espelho para o novo sexo frágil**: Sobre as vantagens do feminismo na vida dos homens. *Revista Cult*. Ed. 132. São Paulo. 2010. Disponível <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/um-espelho-para-o-novo-sexo-fragil/>. Acesso em 06/10/2016.

TIBURI, Márcia. **Quem tem medo de Simone de Beauvoir?** Sobre a atualidade do livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir. *Revista Cult*. Ed. Online. São Paulo. 2015. Disponível <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/07/quem-tem-medo-de-simone-de-beauvoir/>. Acesso em 06/10/2016.

TIBURI, Márcia. **A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira**. *Revista Cult*, edição online. Julho de 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/maquina-misogina-e-o-fator-dilma-rousseff-na-politica-brasileira/>. Acesso 13 de abril de 2017.

TIBURI, Márcia. Currículo Pessoal. Blog Pessoal Márcia Tiburi. Disponível <http://www.marciatiburi.com.br/curriculo.htm>. Acesso em 15 de maio de 2017.

VILLELA, W. V; MONTEIRO, S. **Gênero, estigma e saúde**: reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/aids entre mulheres. *Epidemiol. Serv. Saúde* vol.24 no.3. Brasília July/Sept. 2015.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de; BARROS, João Paulo Pereira. **Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social**: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades. *PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO*, 2009, 29 (4), 686-699.

APÊNDICES

Análise Quantitativa Conceitual do Texto Anexo A

Conceito	Quantidade de vezes que aparece no texto
Mulher (es)	35
Feminismo	20
Direito (s)	7
Homem (ns)	31
Representação/Representatividade	17
Condição	5
Objeto	4
Gênero	2
Igualdade	1
Política	1

Análise Quantitativa Conceitual do Texto Anexo B

Conceito	Quantidade de vezes que aparece no texto
Mulher (es)	23
Corpo (s)	13
Poder	8
Soberania	8
Sociedade (al)	5
Discursão/Discurso	5
Prática(da)	5
Legal (ização)	3
Liberdade	2
Silêncio	2

Análise Quantitativa Conceitual do Texto Anexo C

Conceito	Quantidade de vezes que aparece no texto
Mulher (es)	9
Simone de Beauvoir	8
Gênero	8
Vítima (zação)	8
Segundo Sexo	5
Cultura	5
Teoria	5
Frágil (idade)	4
Brasil (eira)	4
Feminismo	4

ANEXO A

Home > Edições > 132 > Um espelho para o novo sexo frágil

Um espelho para o novo sexo frágil

Sobre as vantagens do feminismo na vida dos homens

TAGS: Cristina Peri Rossi, feminismo, flaubert, homens, La nave de los locos, Mme. Bovary, revolução masculinista

Marcia Tiburi

O feminismo foi uma grande revolução cujos resultados continuam a merecer análise. Historicamente afirmado como um conjunto de procedimentos teóricos e práticos que pretendiam tanto ajudar na demolição dos preconceitos que impediam o alcance de direitos das mulheres, quanto desmanchar uma imagem da mulher como subalterna do homem, o feminismo chegou ao século 21 dito de muitos modos. É possível amá-lo e odiá-lo, mas não negar seus efeitos. Um dos efeitos mais curiosos do feminismo diz respeito à visão que os homens passaram a fazer de si mesmos e ao modo como são hoje representados por mulheres. Vejamos o que isto quer dizer.

Todas as correntes do feminismo desde o século 18 questionaram o lugar das mulheres como objetos dos homens. Dizer que mulheres são “objeto” para homens significa que eles, como sujeitos do conhecimento e da ação, fariam das mulheres meras “coisas” manipuláveis ou sobre as quais exerceriam sua posse. O feminismo levou a uma mudança de postura das mulheres que puderam, elas mesmas, se tornar “sujeitos” de suas próprias vidas e da história. O modo como mulheres eram vistas foi o que entrou em colapso com os feminismos. Os primeiros feminismos, de mulheres como Olympe de Gouges e de homens como Condorcet (sim, sempre existiram, ontem como hoje, homens feministas), podem ser considerados no contexto da luta pelo respeito quanto à identidade das mulheres que implicava seus direitos de cidadãs. No século 20, o cerne das lutas passou a ser a compreensão da não identidade como um novo passo rumo à liberdade. O feminismo tornou-se a consciência da construção do “segundo sexo” com Simone de Beauvoir quando o próprio conceito de “mulher” foi posto em crise.

O que dá fundamento ao feminismo como teoria do conhecimento é a análise das representações das mulheres. O ideal da “mulher” como essência foi alvo da crítica dos chamados feminismos da igualdade que sabem o que implica termos de poder uma representação tanto para o bem quanto para o mal dos representados.

É uma postura comum dos feminismos contemporâneos a defesa de que já não existe o grupo representativo que entendíamos antes por “mulheres”. O combate à universalidade categórica que apenas favorece a estrutura da dominação foi uma ação responsável do feminismo autodesconstrutivo, aquele que se chama feminismo enquanto lembrança de um tempo em que a luta era pelos direitos das mulheres. Hoje está em jogo inclusive o direito de não pertencer ao estereótipo “mulher”. No passado, Mary Wollstonecraft dizia que o feminismo era uma luta pelos direitos da humanidade. A filósofa incluía homens e mulheres na sua noção de “humanidade”, em contraposição a filósofos do Iluminismo (por exemplo, Kant) que definiam a humanidade pela hegemonia masculina em que as mulheres seriam inclusas apenas enquanto dependentes dos homens.

“Masculinismo” ou uma inversão de foco

Debates, pesquisas e publicações sobre masculinidade mostram que a discussão sobre a identidade dos homens evolui dia após dia. Tal busca autorreflexiva, no entanto, não seria possível sem o feminismo. O “masculinismo” nascente deriva da autoconsciência dos homens sobre sua condição à deriva diante da revolução vivida pelas mulheres. Neste sentido, podemos dizer que os homens seguem o exemplo das mulheres. Mais do que isso, no entanto, obrigam-se a pensar e analisar sua própria condição diante da perda de seu objeto. A revolução masculinista que envolve a autorreflexividade dos homens está inserida na ética feminista que obriga hoje a olhar para o modo como não apenas as mulheres, mas também os homens foram representados. Exigem-se hoje certas releituras da história.

Bom exemplo para isto é Mme. Bovary de Gustave Flaubert. Em meados do século 19, Flaubert traduziu na imagem de uma mulher em crise com sua condição de classe, de esposa, e mesmo de amante a condição feminina em seu drama e tragédia. Emblema do desejo insatisfeito e da perturbação com a banalidade da vida burguesa, Emma é a imagem de uma mulher que se autoaniquila diante de seus homens e nos mostra a alegoria de uma espécie de vida contraética, a vida que poderia ser diferente. Emma, filha, esposa, mãe e amante infeliz, não precisaria ter sofrido o que sofreu em tempos de direitos das mulheres.

Assim foi que Flaubert, que confessou se confundir com a personagem e nos colocou para sempre na posição de perscrutadores do significado desta metáfora, representou a mulher casada, a infeliz mulher do século 19 que não tinha chance de qualquer experiência fora do reduto do lar, da casa, da pequena cidade, da maternidade, do casamento, da classe social a que pertencia, e que não fez do adultério algo menos medíocre. Emma, a protagonista, merece releitura. Se ela é o foco central em torno do qual transita toda a trama, é importante lembrar que ela não existiria sem os homens que a acompanham em suas aventuras e desventuras.

É para estes homens que hoje é preciso olhar. Se um dos efeitos do feminismo é que os homens aprenderam a questionar a si mesmos, devemos nós também prestar mais atenção aos homens no sentido de perceber como foram representados, ou como se representam a si mesmos. Não é apenas Emma que é construída, mas que todos os homens ao seu redor são figuras cujas características fazem deles imagens essenciais mesmo que acinzentadas diante do brilho da protagonista. A histeria de Emma está intimamente ligada à fraqueza dos homens ao seu redor. Homens marcados pela falta. Do marido, o ingênuo e sem perspectivas Charles Bovary, que a ama e a ela se dedica como o simples esposo que ela repudia, aos amantes Leon e Rodolphe, que representam o alterego subdividido de Emma, tão românticos e devassos quanto irresponsáveis e sonhadores, todos são emblemáticos de uma falta que não pode ser suprida. Ela os supre apenas como amante, assim como ao marido a quem, na verdade, nada parece faltar já que integrado ao casamento. No entanto, jamais é suprida por nenhum deles. Nenhum é capaz de aquietar seu desejo marcado pelo insaciável. Nenhum deles corresponde ao sonho.

Os homens de Mme. Bovary não representam nenhuma solução, ao contrário, são todos anti-heróis afins à heroína que a eles se relaciona. Juntos, compõem um mosaico da condição subjetiva que, naquele tempo, veio à luz: a vida do desejo é mais que a da falta, é a da perda de qualquer esperança de que um dia homens e mulheres, juntos, possam forjar a união total. Flaubert, no entanto, faz a todos aqueles homens diferentes de Emma em um ponto fundamental: a vida da angústia, que a torna a protagonista, não lhes pertence e isso define o saber infeliz de Emma que culmina na velha solução feminina – mas não feminista, pois seria uma espécie de decisão “de mulherzinhas” – que é o suicídio.

Mulheres falam de homens

Devemos reter da leitura deste livro o fato de que os homens são aí representados como fracos, covardes e impotentes. Numa cultura que supera em alguns aspectos a divisão sexista do patriarcado, as mulheres deixam de ser os únicos seres representados como fracos. Há uma mudança na economia das representações.

Lélia Almeida em um artigo sobre a escritora uruguaia Cristina Peri Rossi, autora de *La nave de los locos*, ao analisar a formação do personagem Equis (letra “x”, em espanhol) chama a atenção para algo que os feminismos ainda não se deram conta: a forma como “mulheres” podem construir personagens “homens”. O que está em jogo hoje é uma inversão radical no campo da economia política da representação. As mulheres aprenderam o poder das representações e, cada vez mais perto do poder, passaram a representar.

Está em jogo um novo olhar e um posicionamento crítico no lugar antes ocupado por um “objeto”. No livro de Peri Rossi, o personagem Equis representa o homem do novo tempo, aquele que não sabe de onde veio nem para onde vai, aquele que se depara com a multiplicidade das sexualidades e aprende a conviver com ela. Equis é um novo sujeito de experiência. Aquele que, na narrativa, é incapaz de decidir se uma mulher é um homem, um travesti ou uma mulher, justamente porque este tipo de construção já não vem ao caso diante da singularidade que se tornou direito de cada indivíduo.

Infelizmente a histeria masculina que se realiza na violência, na prepotência e na queixa contra as novas formas de se ser “mulher”, inclusive aquela que abdica da inscrição em um gênero, ainda precisa ser analisada e desmontada. Muitos homens apegados à inscrição no gênero masculino são tocados narcisicamente pelo feminismo. No entanto, o feminismo continua atual e capaz de sinalizar para uma autoconsciência deste novo sexo frágil que não assume sua própria fragilidade. Nesse caso, o feminismo é o melhor espelho do homem.

TIBURI, Márcia. **Um espelho para o novo sexo frágil:** Sobre as vantagens do feminismo na vida dos homens. Revista Cult. Editora Bregantini. Ed. 132. São Paulo. 2010. Disponível <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/um-espelho-para-o-novo-sexo-fragil/>. Acesso em 06/10/2016.

ANEXO B**FOLHA DE S.PAULO** **opinião**

São Paulo, quinta-feira, 26 de julho de 2007

Aborto, soberania e mudez das mulheres**MARCIA****TIBURI****Perder o exercício do poder sobre o corpo das mulheres é o que assusta homens de mentalidade arcaica hoje em dia**

U M DOS aspectos mais interessantes quando se discute o aborto hoje é o fato de que os principais participantes da discussão são homens. Os mesmos que -é preciso dizer- nunca irão parir, jamais serão mães, não abortarão. Eles falam, enquanto as mulheres fazem. Não devemos com isso supor que os homens não deveriam participar de tais discussões, mas perguntar por que a palavra deles se mostra prevalente nessa questão. Devemos perguntar por que eles parecem mais interessados que as imediatamente interessadas que continuam fazendo ou não abortos, tendo ou não seus filhos.

A contradição entre o discurso dos homens e a ação praticada pelas mulheres é o que precisa ser levado a sério. Ela pode ajudar a explicar por que o aborto não foi legalizado no Brasil nem o será em países nos quais as mulheres são, em sua maioria, pobres e desprovidas de poder. Por que as mulheres esperam caladas por todas as decisões políticas, inclusive por aquelas que as tocam diretamente?

A legalização do aborto não virá dos donos do poder e dos discursos que comandam e decidem sobre o corpo das mulheres. Elas, em silêncio, agem como se não fossem donas e senhoras de seus corpos. E, de fato, não o são enquanto continuam na velha economia da sedução, da prostituição, da maternidade, da vida doméstica, do voyeurismo do qual são a mercadoria.

Que as decisões sobre seus próprios corpos não pertençam às mulheres é uma contradição que poucas podem avaliar. Não ter voz significa não pertencer à política. Na medida em que não participam nem percebem o quanto estão alienadas da conversa, as mulheres perpetuam a injustiça que as trouxe até aqui. Em última instância, estão distantes da ética que envolve a decisão sobre seus direitos e sua própria vida.

Além disso, a questão do aborto sinaliza que a liberdade das mulheres -prisioneiras ancestrais de uma estrutura social que tem sua lógica- está sempre vigiada. Que nossa sociedade seja patriarcal significa bem mais do que dominação dos homens sobre as mulheres. Que estas sejam vítimas, e aqueles, algozes. Mas que o patriarcado depende da ausência de democracia na qual os direitos das mulheres venham à luz. O que realmente assusta quando se fala em

aborto é o que virá com a fala das mulheres e que, dia após dia, é praticado em silêncio nas clínicas deste país. É o fato e a prática cotidiana que se realiza de modo soberano, ainda que clandestino.

A soberania daquele que emite uma opinião fundamentada em seu próprio nome e por sua própria voz é análoga à soberania que uma mulher pode ter sobre seu corpo. Aquele que pode falar pode fazer porque cria, por meio de sua fala, valores, relações e consensos. Aquela que fala em seu próprio nome manifesta a possibilidade universal de que muitas a sigam ou simplesmente saiam da clandestinidade, única forma pela qual mulheres podem ser soberanas sobre seus próprios corpos sem correr riscos na ordem moral e legal. É essa soberania das mulheres que assusta. Por isso, ela permanece na clandestinidade.

A ausência histórica de autorização para a fala e, assim, para o poder, é elemento fundador do lugar ocupado pelas mulheres na sociedade. A fala das mulheres causa angústia e temor na ordem. Que mulheres possam tomar suas decisões e sejam amparadas pela Justiça é algo que uma sociedade que se construiu pela submissão das mulheres e pela superioridade dos homens não pode suportar sem uma ampla renovação dos costumes.

Hoje, as mulheres que possuem algum poder proveniente do dinheiro ou da liberdade sobre a própria vida praticam o aborto soberanamente. As que não têm poder nenhum -aquisitivo, intelectual ou outro poder que garanta a autoconsciência quanto à pertença de seus corpos- são vítimas de uma sociedade que não prevê espaço para uma prática que deveria ser medida a partir da soberania da mulher sobre seu corpo e sua vida. Homens desde sempre souberam disso e imperaram sobre seus próprios corpos e sobre todos os corpos que lhes prestaram serviços -também os corpos de seus empregados, de seus filhos e suas filhas.

Perder o exercício do poder sobre o corpo das mulheres é o que assusta homens de mentalidade arcaica hoje em dia. Assusta as instituições autoritárias. Ter soberania sobre o próprio corpo talvez também não interesse a todas as mulheres, pois isso exige uma responsabilidade para a qual talvez não estejam individualmente preparadas.

TIBURI, Márcia. Aborto, soberania e mudez das mulheres. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo.

2007. Disponível <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2607200709.htm>. Acesso em

06/10/2016.

ANEXO C

Quem tem medo de Simone de Beauvoir?

Publicado dia 22/07/2015 por marciatiburi, nas categorias: [Blog Marcia Tiburi](#), [Exclusivo do Site](#) às 13h06.

Sobre a atualidade do livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir

TAGS: [Brasil](#), [feminismo](#), [O Segundo Sexo](#), [Simone de Beauvoir](#), [Teoria queer](#)

Publicado também no Correio do Povo de Porto Alegre

Se hoje em dia fizéssemos uma resenha de *O Segundo Sexo*, livro publicado por Simone de Beauvoir em 1949, portanto, há mais de sessenta anos, ainda estaríamos sendo atuais.

Há quem goste de dizer que *O Segundo Sexo* é um livro ultrapassado. Podemos nos perguntar, ultrapassado para quem? Não certamente para o Brasil, infelizmente, atrasado em tudo o que mais importa relativamente a gênero: questões como legalização do aborto, equiparação salarial e, em um nível cotidiano, a desigualdade doméstica que faz pesar em escala privada as naturalizações gritantes na escala pública. O Brasil é atrasado e está afundando cada vez mais no obscurantismo no que tange ao tema gênero, sobretudo quando surgem fatos como a recente retirada da questão das metas da educação nacional. Raça e classe social também são assuntos que precisam ser mantidos longe para a manutenção da miséria da educação brasileira que contribui, por sua própria inanição, para uma cultura cada vez mais empobrecida no que se refere à reflexão que, na base de tudo, poderia orientar ações em outra direção. Ora, fazer feminismo hoje implica perceber os arranjos da dominação de gênero e todas as demais formas de dominação.

Neste cenário, o conteúdo de *O Segundo Sexo* assusta. Salvo exceções, as feministas comprometidas com a teoria para o qual o livro é um clássico, ninguém leu as duas mais de quinhentas páginas. Dizer que é um clássico também pode ser pouco profícuo. Seria melhor que as pessoas tratassem *O Segundo Sexo* como autoajuda ou até como bula de remédio, perdessem o medo de Simone de Beauvoir, e o lessem de uma vez em favor da cultura. Ele deveria ser lido não por feministas apenas, mas por mulheres, homens e todas as pessoas que, de um modo ou de outro, estão marcados pela questão de gênero, porque se trata de um livro básico, que nos ensina a pensar sobre as desigualdades e privilégios de gênero, aqueles que experimentamos como os mais naturais sem perceber como nos marcam. Em palavras bem simples: quem nunca se sentiu incomodada por ser “marcada” como mulher antes de ser uma pessoa como qualquer outra?

O livro de Simone de Beauvoir foi fundamental para colocar os pingos nos is dessa questão. Se o feminismo sempre foi a teoria que buscou legitimar a reivindicação de direitos para as mulheres, com Simone de Beauvoir ele se tornou a consciência crítica e, ao mesmo tempo, transformadora da desigualdade de gênero. A frase “ninguém nasce mulher, mas se torna” desmascara a invenção histórica que fez padecer “homens” e “mulheres” sob estereótipos em nada relacionados à sua auto-compreensão subjetiva. Com essa ideia começa o que muitos chamam de “segunda onda” do feminismo caracterizada justamente pela desmontagem da questão de gênero.



A filósofa Simone de Beauvoir

Quem defende ou elogia hoje a teoria queer, que realmente é uma teoria riquíssima, não se dá conta de que no Brasil não chegamos nem à básica teoria feminista de Simone de Beauvoir que questiona a condição feminina que permanece naturalizada entre nós nos estratos mais fundamentais da cultura. A naturalização é o que experimentamos no dia a dia quando vivemos dentro do binarismo “homem-mulher” considerando todas as formas que não se encaixem nesse padrão heterossexual como inadequadas, senão como um erro da natureza. No que concerne ao gênero isso implica divisão do trabalho, dentro e fora de casa, e um sistema de preconceitos que converge com os privilégios masculinos.

Simone de Beauvoir aposta na crítica do patriarcado enquanto analisa sua história e mais ainda, ela aposta na autocrítica da condição feminina e se afasta, por meio dela, da vitimização com que as mulheres, camuflando uma fragilidade totalmente fictícia, se protegeram dos homens. A vitimização é muitas vezes a estratégia de certos feminismos que não percebem sua armadilha enquanto, ao mesmo tempo, reproduzem o patriarcado por meio de sua sustentação. Com isso, Beauvoir não quer dizer que não existam vítimas, mas que a vítima feminina é forjada dentro do patriarcado. E que as posturas que não a superam, reproduzem aquilo que gostariam de negar. Assim, a diferença entre uma vítima concreta e aquilo que podemos chamar de vítima ideológica, o sujeito da proscricção, precisa ser desfeita, pois essa estrutura acaba por se reproduzir simbolicamente fazendo repetir-se o próprio sistema em que é gerada. Para citar outros feministas, aqueles que publicaram a “Dialética do Esclarecimento” dois anos antes de *O Segundo Sexo*, o proscrito desperta o desejo de proscreever. Em palavras mais simples: uma mulher frágil desperta o desejo de fragilizar. Uma vítima em potencial é um convite para a agressão. Por isso, cabe perguntar com Simone de Beauvoir, como a mulher faz o aprendizado da condição de frágil e de vítima? Se uma

resposta já não pode se sustentar do ponto de vista da “natureza”, que cultura é essa que a inventa?

O que se ganha é a manutenção do poder na mão de homens, mas não só, na mão de todos aqueles que pregam a moral-violência machista contra a qual devemos sustentar uma ético-política feminista que inclua todos as pessoas em um cenário de direitos e de respeito à singularidade para além de marcações.

TIBURI, Márcia. **Quem tem medo de Simone de Beauvoir?** Sobre a atualidade do livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir. Revista Cult. Ed. Online. São Paulo. 2015.

Disponível <http://revistacult.uol.com.br/home/2015/07/quem-tem-medo-de-simone-de-beauvoir/>. Acesso em 06/10/2016.